



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 05

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em
07 de Dezembro de 2024



Assembleia Municipal

ACTA N.º 5

-----Aos sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luis da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Segundo Secretário**, senhor deputado Luis Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----António Gonçalves Cardoso, Bruno Carlos Soares Ferreira, em substituição de Tyoga Macdonald, Érica Geraldês Castanheira, Áurea Alexandra Dória Vila Nova, em substituição de Sara Pedroso, Luis da Silva Moreira Gomes, Christophe Rodrigues Coimbra, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Maria José das Neves Fernandes Silva, Raul Agostinho Simões Martins, Helena Cristina da Gama Dias, Ivone Inês Almeida Sousa Borges, Mário Jorge Sousa Henriques, João Miguel Gaspar, em substituição de Vítor Almeida, José Miguel Nunes Duarte Marques, Margarida Teresa Gonçalves de Abranches Freire de Figueiredo, Ricardo Manuel do Amaral Pereira, José Miguel Morais Costa Nunes e Bruno Alexandre Afonso Costa.--

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Pedro Alexandre Pinto Alves; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Paulo Jorge Marques Carneiro; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Vítor Manuel Rodrigues Pedroso; Tesoureiro da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, Alberto de Brito Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho e Secretário da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, João Manuel Borges Gonçalves.-----



Assembleia Municipal

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Paula Dinis, Luís Almeida, Elisabete Oliveira, Filipe Frias, Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro.-----

-----Teve a palavra o **Primeiro Secretário**, senhora deputada Érica Castanheira, para referir que “recebemos, da Câmara Municipal de Lagoa, Algarve, voto de pesar pelas vítimas dos incêndios rurais e de solidariedade para com as populações afectadas e entidades envolvidas no combate aos fogos; da Associação de Moradores de Casal de S. João, convite para comemorações do seu 49º aniversário e 38º aniversário do Rancho Folclórico “As Flores”, em Outubro; da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, convite para concerto de órgão de tubos, em Outubro; da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, convite para XXXVI Feira Franca de S. Martinho da Cortiça, dia 9 de Novembro; da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, convite para homenagem póstuma a Fernando Vale, dia 10 de Novembro; da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Argus, convite para comemorações do 90º aniversário, em 30 de Novembro; da Casa da Comarca de Arganil, convites diversos no âmbito das comemorações do 95º aniversário da Casa; da Junta de Freguesia do Sarzedo, convite para cerimónia de abertura do VII Mercado de Natal daquela localidade, dia 20 de Dezembro; da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, votos de Boas Festas”.-----

-----O Primeiro Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados Tyoga Macdonald, Rita Marques, Vitor Almeida, Sara Pedroso, Presidente da Freguesia de S. Martinho da Cortiça, e Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Faltaram ainda, sem ter apresentado pedido de justificação da falta, os senhores deputados Miguel Sérgio Dias, Luis Miguel Fontinha, Dora Lemos e Presidente da Freguesia de Piódão.-----

PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra o Senhor **André Lima**, de Monte Redondo, para referir que “estou a apresentar um problema de abastecimento de água da aldeia de Monte Redondo e pedimos a sua resolução o mais rapidamente possível. A água do Monte Redondo está imprópria para consumo, as análises realizadas recentemente por uma entidade certificada identificam várias inconformidades, concluindo que não estão conformes, relativamente à legislação que regulamenta a água para o consumo humano, o DL nº 69/2023. Esta situação já foi comunicada ao Município várias vezes, a última das quais em carta registada, datada do dia 11 de Setembro, à qual nos responderam telefonicamente, a 18 de Outubro, prometendo uma resposta



Assembleia Municipal

na semana seguinte; passou mais de um mês e meio e, uma vez que não deram qualquer resposta até ao momento, exigimos saber quais são as ações que irão tomar para corrigir essa situação, para nos garantir uma água limpa e própria para consumo.-----

-----Uma outra situação que está a preocupar-nos é que alguns moradores estão a receber facturas da água e outros não; estranhámos esta irregularidade, como estranhámos que esteja a ser cobrada água imprópria para consumo, água que não serve para beber nem para lavar roupa. Em reunião que tivemos convosco, em Janeiro deste ano, foi-nos dito que iria ainda este ano proceder-se a uma intervenção no Sistema de Distribuição da Água; esperávamos que fosse resolver o problema, mas continuamos à espera dessa solução.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “não ignoramos este problema de abastecimento de água no Monte Redondo; estamos a tratar de um Sistema que durante muitas décadas foi gerido localmente pela Comissão de Melhoramentos, ou pelo menos a nível local, a nível da aldeia; tratou-se de um sistema que foi integrado no município nos últimos anos, algures entre 2015 e 2020, que foi quando objectivamente a lei se tornou obrigatória, do ponto de vista da integração e efectivamente destes trinta e tal subsistemas, cuja integração foi apreciada, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, havia alguns que estavam menos maus, mas não havia nenhum que estivesse em devidas condições, quer ao nível das captações, quer ao nível do tratamento, quer ao nível da distribuição e o Sistema de Monte Redondo insere-se nesse âmbito, é um dos 30 que foi integrado, que já nessa altura não cumpria os requisitos para garantir o abastecimento de água de qualidade aos consumidores. Trata-se de um processo, a par de outros que temos com siderados no Orçamento para 2025 e já na transição daquilo que é um conjunto de projectos que temos elaborados nesta área, trata-se de um sistema que queremos intervencionar, porque é verdade e concordo com a exposição que foi colocada, os consumidores têm direito a ter na torneira água de qualidade; sobre isso não há nenhum diferendo nem nenhuma interpretação diversa e é efectivamente um caminho que ainda temos que fazer. Relativamente à outra situação de haver consumidores que rebe facturas e outros não, vale a pena dizer que os consumidores destes sub-sistemas durante estas décadas todas, é certo que a nível local foram feitos investimentos, mas também é certo que havia casos da prática de não pagamento do consumo de água; com a integração, em cada um destes sub-sistemas, aliás, consta dos Protocolos que foram assinados e que vieram à apreciação da Câmara e da Assembleia Municipal, em cada um deles, de acordo com o nível de maturidade que tinham, havia um que se destacava pela actualização que tinha merecido, a nível da aldeia, que era o de Pisão, Côja, que tinha vindo a receber ao longo dos tempos um conjunto de investimentos que o tornava praticamente um Sistema em boa condição para ser integrado; havia outros que estavam em muito má situação e isso também determinou que em cada um dos sub-



Assembleia Municipal

sistemas foi estabelecido um prazo diferenciado de carência, durante o qual os consumidores continuariam a beneficiar de isenção do pagamento de água. Esse prazo já está ultrapassado em todos eles, neste momento as facturas que estão a ser emitidas não têm a ver com consumo de água, mas sim com as tarifas fixas. Há um conjunto de investimentos que ainda necessitam de ser feitos, ao nível das captações, dos sistemas de tratamento, que como disse há pouco é algo que está a ser resolvido, mas a água em concreto, neste momento, não estará a ser objecto de cobrança e de pagamento. A circunstância de existirem consumidores que estão a pagar e outros não, é algo que temos também já sinalizado como uma anormalidade. Nós temos neste processo em que foram integrados estes sistemas, um conjunto de ficheiros de consumidores que foram sendo passados ou pelas Comissões ou pelas Freguesias, identificando cada um dos consumidores existentes em cada uma das aldeias e temos tido situações muito estranhas, ainda há pouco tempo sinalizámos mais uma situação, noutra freguesia, em que claramente percebemos que existirão pelo menos 100 casas com serviço de abastecimento de água e os consumidores registados são apenas sete; é uma anormalidade e não pode acontecer. Não significa que as pessoas que estão a pagar não devem pagar, significa é que aqueles que não estão a pagar estão a prejudicar todos aqueles que pagam. É um processo que detectámos nos últimos dois meses e sou o primeiro a reconhecer que é uma profunda injustiça.”-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **José Miguel Marques** para referir que “iniciaram-se no passado dia 18 de Novembro as obras de requalificação, modernização e ampliação da Escola Secundária de Arganil. Trata-se, sem dúvida alguma, de um momento marcante para o nosso concelho, e que gostaria de aqui assinalar. Uma obra há muito ansiada pelos arganilenses, e que representa um investimento que ascende a 5 milhões de euros e que era já bastante reclamada pelos alunos e agentes educativos. Efectivamente, é público e notório que o edifício da escola-sede do Agrupamento de Escolas, construído na década de 80, denota não só várias fragilidades ao nível da sua estrutura, mas se encontra também pouco funcional face às necessidades e especificidades actuais, e por isso desadequado para o ensino do futuro.-----

-----Nesse sentido, devemos congratular-nos com uma requalificação que para lá de promover melhores condições de aprendizagem para os alunos, se encontra alinhada com os desafios da transição verde e digital, tornando a Escola Secundária de Arganil mais acessível, funcional e também energeticamente mais eficiente. Destaca-se ainda que houve a preocupação de alocar cerca de 700 mil euros à aquisição de material e equipamentos escolares, pelo que a Escola Secundária de



Assembleia Municipal

Arganil será apetrechada com equipamento moderno e inovador para o cumprimento da sua missão, seja ao nível dos cursos científico-humanísticos, quer ao nível dos cursos de natureza profissionalizante.-----

-----Ansiamos assim pela conclusão desta empreitada, que ainda agora começou, é certo, e a qual por decorrer em paralelo com as actividades lectivas terá inevitavelmente impacto nos próximos anos escolares. Espera-se que a contratação de contentores, num investimento de cerca de 400 mil euros, possa permitir a minimização desses possíveis impactos.-----

-----Mas esta intervenção, aliada à que irá iniciar-se igualmente em 2025 na Escola Básica 2,3 Professor Mendes Ferrão, em Côja vem confirmar, uma vez mais, duas evidências:-----

---Primeira, a capacidade do Município de Arganil em captar fundos europeus em benefício do nosso território, respondendo a preocupações e necessidades dos nossos munícipes.-----

---Segundo, confirma, inquestionavelmente, o compromisso e aposta do Município na modernização do parque escolar do concelho. Façamos um pequeno exercício de memória, e facilmente nos lembraremos de múltiplas intervenções que têm sido executadas em diversos espaços escolares ao longo da última década.-----

-----Porém, não só de edifícios e de computadores (às vezes, falta deles) se faz a educação ou os serviços públicos. Diria que em sectores essenciais, como aquele que estamos a falar, este é porventura, um pormenor na qualidade do serviço prestado. Há todo um contexto, todo um ambiente e organização que as políticas públicas têm o dever de proporcionar, e que ultrapassa porventura as paredes do Ministério da Educação. A educação não pode ser um luxo e valores como o respeito, a responsabilidade, e a competência têm de ser pedras basilares de um sistema que tem a efectiva capacidade de mudar uma sociedade que às vezes parece viciada, resignada e desmotivada. Uma sociedade que às vezes parece não compreender o papel de cada um, uma sociedade que às vezes parece encarar a cultura do mérito como uma espécie de “bullying” ou assédio ao contrário e uma sociedade que parece descreir da imagem batida do elevador social, mas que, no fundo, é a missão para a qual a Escola deve trabalhar.-----

-----Senhor Presidente, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, permitam-me que cite Francisco Sá Carneiro, nesta semana em que lembramos o aniversário da sua morte: “a igualdade de oportunidades, independentemente dos meios de fortuna e da posição social, é cada vez mais um mito, designadamente em sectores como a saúde, a habitação e o ensino, em que tudo se degrada a um ritmo alucinante”. Não aprecio catastrofismos nem populismos, nem vou arriscar alongadas comparações com tempos que não têm comparação, e mesmo que vislumbre novos tempos, não posso deixar de concordar que esta célebre frase, dita há quase meio século, parece, lamentavelmente, ter um certo quê de actual. Ignorar isto é errado.-----



Assembleia Municipal

-----É pois, urgente recuperar o mérito, a credibilidade, a confiança e autoridade nas escolas. Esse é um desígnio de quem desenha as políticas educativas, que jamais deveriam flutuar ao sabor dos ciclos governativos, mas é-o também para todos nós pais, ou todos nós, cidadãos, que embrenhamos muitas vezes, e com muita facilidade numa cultura de desresponsabilização, que separa o “nós” (comunidade) do “eles” (escola, a quem tudo exigimos). A escola somos mesmo todos nós. Independentemente do espaço, independentemente do edifício, que, neste caso todos desejamos ver renovado já em 2026. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Raul Martins** para “deixar umas breves palavras para destacar alguns acontecimentos que têm projectado o nome de Arganil no exterior e que por esse motivo também valorizam o nosso território. Saliento o grande evento que é o Picos do Açor, que decorrerá no próximo fim-de-semana, nos dias 14 e 15 de Dezembro; não duvidamos que seja do conhecimento de todos os presentes, mas ainda assim estamos em crer que merece aqui ser destacado e merece também o nosso envolvimento, seja como participantes, como voluntários, ou simplesmente como divulgadores ou apoiantes. É uma prova que integra o circuito nacional de trail e já nos habituou ser um sucesso nas 4 edições anteriores, mas por trás de qualquer sucesso, e também deste, há sempre muito planeamento, muito trabalho, e certamente também muito entusiasmo. E só assim se compreende que o excepcional número de 1500 participantes, com origem em 14 países diferentes, que no ano passado esgotaram as inscrições, nesta quinta edição venha a ser ainda superior, na medida em que estão já inscritos 1700 atletas de 21 países, naquela que será a maior prova de sempre do desafio Picos do Açor. Esta competição ao percorrer os trilhos exigentes da Serra do Açor, é uma celebração do desporto, mas é também uma celebração da nossa paisagem natural e coloca uma vez mais Arganil no radar dos eventos internacionais desta modalidade e através desta modalidade, a valorização do território. Mas também importa destacar o impacto positivo que certamente terá na restauração, no alojamento, e no comércio em geral. Por conseguinte, entendemos ser adequado deixar uma palavra de apreço à Câmara Municipal e particularmente à Junta de Freguesia de Folques, pelo seu entusiasmo, apoio, parceria, com a organização deste evento. Uma palavra também para André Rodrigues e para Evolução Vertical, desejando os maiores sucessos para esta prova.”-----

-----Um outro acontecimento que merece destaque prende-se com os prémios obtidos pelos alunos da Escola de Dança E-Motion, no campeonato mundial All Dance, que decorreu recentemente nos Estados Unidos da América e, individualmente, a bailarina Carminho Figueiredo alcançou, com apenas 6 anos de idade, o título de campeã mundial na categoria de ballet criação inédita num solo de ballet clássico coreografado pela professora Inês de Castro. E em grupo, as bailarinas Carlota Figueiredo, Carminho Figueiredo, Sofia Quaresma, estas 3 oriundas de Arganil, juntamente com Mariana Trindade, de Oliveira do Hospital e



Assembleia Municipal

Helena Dias de Tábua, também se sagraram campeãs mundiais, neste caso na categoria All Dance Open. Deste modo, pensamos que é oportuno deixar uma palavra de apreço ao trabalho realizado pela escola de dança E-Motion e pela senhora professora Inês de Castro.-----

-----Foram recentemente divulgados os dados da Marktest sobre a qualidade de vida nos 308 municípios portugueses; os dados são reportados a partir da análise de um conjunto de 15 indicadores, relativos aos pontos mais e menos fortes de cada concelho, incluindo proteção do ambiente, cultura, equipamentos de segurança social, e de saúde, taxa de criminalidade ou o número de escolas, entre outros. Ponderando todos estes factores, podemos afirmar que Arganil tem vindo a fazer um caminho muito positivo que permite registar este ano mais uma ótima notícia, aliás, subiu 9 posições relativamente ao último inquérito, que se traduziu na obtenção do 43º lugar a nível nacional e do 3º lugar entre todos os municípios da CIM de Coimbra. Estes resultados não poderão ser certamente dissociados das políticas de apoio às empresas e às famílias que a autarquia tem vindo a implementar incluindo o IMI reduzido, a isenção de Taxa de Derrama, e incluindo a devolução dos 5% de IRS às famílias residentes, entre outras medidas que têm vindo a ser implementadas, pelo que importa deixar aqui também esta palavra de apreço pelo trabalho realizado pelo executivo.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Rodrigo Oliveira** para referir que “na última assembleia, questioneei o Senhor Presidente sobre o ponto de situação do **Projecto Mais Habitação**. Na ocasião, foi referido que os 32 fogos inicialmente previstos para serem implementados no espaço da Santa Casa da Misericórdia foram descartados, estando o Município a procurar alternativas para a concretização desta construção. Assim, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente:-----

---**Já foram identificadas alternativas para esta construção?** Em caso afirmativo, pode informar-nos quais ou qual?-----

---Relativamente ao valor que o Município pagou pelo projecto, que julgo rondar os 50.000 € (corrija-me se estiver equivocado), gostaria de saber:-----

---Este montante é passível de ser recuperado, ou trata-se de um valor definitivamente perdido?-----

-----Há vários anos que temos vindo a debater com o Município de Arganil a elaboração de um projecto para a criação de um **Corredor Ecológico** que estabeleça ligação entre Arganil e as freguesias limítrofes, como Folques, Secarias e Sarzedo.-----

-----Infelizmente, passadas décadas, ainda não vimos qualquer iniciativa concreta por parte do Município que vá ao encontro de um projecto com esta visão. Recordo que, quando ainda era membro do Executivo da Junta de Freguesia de Secarias, junto com o actual Presidente da Junta de Freguesia, apresentámos um projecto que previa a ligação entre a Peneda Talhada, a Lomba do Canho e a Praia Fluvial da Cascalheira. Apesar de não ter sido aceite pelo Município na altura, em ano de



Assembleia Municipal

eleições foi surpreendentemente apresentado um projecto semelhante, que acabou por não passar de propaganda eleitoral.-----

-----A criação de um Corredor Ecológico seria de enorme importância para o Município, apresentando benefícios em múltiplos níveis, tais como:-----

-----1 **Valorização do território:** A implementação de percursos pedestres, cicláveis e de trail que ligassem diferentes freguesias permitiria dar a conhecer aos utilizadores e visitantes as paisagens naturais do nosso concelho.-----

-----2 **Promoção de actividades turísticas:** O Corredor Ecológico ofereceria actividades adicionais aos turistas que visitam Arganil, enriquecendo a sua experiência durante a estadia.-----

-----3 **Captação de turistas:** Seria uma forma eficaz de atrair para Arganil os milhares de turistas que visitam o alto concelho, especialmente a aldeia do Piódão, direccionando-os para novas actividades e destinos dentro do território.-----

-----4 **Criação de percursos culturais:** Estes percursos poderiam ligar locais de grande valor histórico e cultural, como a Lomba do Canho, o Santuário do Mont'Alto, a Capela de S. Pedro, entre outros, promovendo uma vertente cultural ao lado da ecológica.-----

-----5 **Criação de uma rede de praias fluviais e zonas balneares interligadas:** Esta rede beneficiaria todas as freguesias envolvidas, promovendo a sua valorização e o aumento do fluxo turístico.-----

-----Apelo ao Senhor Presidente para que esta proposta seja considerada com seriedade e se dê início a um projecto estruturado e integrado, que tanto pode contribuir para o desenvolvimento económico, social e ambiental do nosso concelho.-

-----No passado mês de Outubro, tivemos conhecimento de que o Município deu início a um procedimento para a classificação do Teatro Alves Coelho como **Monumento de Interesse Municipal.**-----

-----No entanto, aquilo que realmente queremos saber é:-----

-----**Este procedimento tem como objectivo concreto dar início às obras de reabilitação deste edifício,** ou trata-se apenas de mais uma medida com intenções meramente eleitoralistas?-----

-----O Teatro Alves Coelho é mencionado recorrentemente de quatro em quatro anos, sempre que se aproximam eleições. Infelizmente, este edifício tem sido usado como ferramenta de propaganda eleitoral, o que, invariavelmente, resulta no mesmo: nada de concreto é feito.-----

-----Chegou o momento de termos uma resposta definitiva. **Queremos saber uma data real para o início das obras de reabilitação.**-----

-----Além disso, é imperativo que esta Assembleia seja informada sobre o conteúdo do projecto para o Teatro Alves Coelho, pois até agora desconhecemos qualquer detalhe sobre o que o Município pretende fazer neste espaço.-----

-----É fundamental que o Executivo compreenda que o Teatro Alves Coelho é uma peça central para a revitalização da cultura no nosso concelho, que actualmente não



Assembleia Municipal

dispõe de qualquer espaço digno para este fim. Para além disso, a sua reabilitação teria um papel crucial na regeneração do centro de Arganil.-----

-----Infelizmente, o que temos visto ao longo dos anos é um jogo de transferência de responsabilidades entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia, sem que sejam apresentadas soluções, deixando sempre os munícipes em prejuízo.-----

-----Esta postura, a que só posso chamar de **irresponsabilidade máxima**, deveria ser motivo de grande preocupação e reflexão, tanto para o Executivo actual como para os anteriores. É inadmissível que um projecto desta importância permaneça sem avanços concretos por tanto tempo.-----

-----Na semana passada, o vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, em entrevista ao Rádio Clube de Arganil, mencionou que, se o Município de Arganil não executar as obras no Teatro Alves Coelho até Abril de 2025, o Município terá de indemnizar a Santa Casa da Misericórdia. Gostaria que também esclarecesse essa situação.-----

-----Gostaria também de questionar o Senhor Presidente sobre o estado actual da construção do novo **Canil Municipal**, uma obra que tem sido mencionada há diverso tempo, mas que, até ao momento, não se traduziu em quaisquer avanços concretos.-----

-----É crucial obter esclarecimentos sobre o ponto de situação deste projecto, que continua pendente, apesar de ser frequentemente referenciado.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Margarida Figueiredo** para referir que “a minha intervenção tem o intuito de enaltecer e agradecer a sensibilidade do Município de Arganil, pelo seu compromisso com a valorização do património e a preservação da identidade cultural do concelho.-----

-----Na área da **Cultura e Património**, será alocado um montante superior a um milhão de euros, com destaque para os **400 mil euros destinados à reabilitação da Igreja do Convento de Santo António, em Vila Cova de Alva**, e aos cerca de 300 mil euros para a recuperação da Capela do Senhor da Agonia e respectiva instalação do Núcleo Museológico de Arte Sacra do concelho.-----

-----Congratulo-me especialmente, e em nome dos vilacovenses, pela intervenção na Igreja do Convento de Vila Cova de Alva, um edifício com mais de 300 anos, por ser um espaço de extraordinária riqueza artística, cultural e religiosa, dentro do género talvez único no concelho, e que, pela ausência de intervenções, chegou a um tal estado de degradação que se não for intervencionado a curto prazo se irá perder um monumento com elevado interesse para a história do concelho e de Vila Cova em particular.-----

-----Após a conclusão da obra, e com o objectivo de dinamização de actividades culturais, patrimoniais e turísticas, com certeza irá contribuir para que Vila Cova de Alva, que ao longo do tempo tem sofrido com o problema da desertificação, do envelhecimento, possa ser valorizada e consiga ajudar na criação de condições para as pessoas voltarem a gostar de viver no interior.-----



Assembleia Municipal

-----Para finalizar, um enorme aplauso à Sociedade Filarmónica Flor de Alva, que no dia 1 de Dezembro, desfilou na Avenida da Liberdade, integrada no XI Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas 2024. Fruto dos problemas já atrás mencionados, tem sobrevivido através da responsabilidade, da entrega, do espírito de sacrifício e dedicação dos seus executantes e maestros, da sua direção e dos seus amigos, tentando manter um pólo local de cultura musical tão importante para a formação dos jovens, bem como centros de socialização locais onde se cultiva o espírito de grupo, a solidariedade, a amizade. Foi uma digna representação do concelho de Arganil.-----
-----Uma excelente época de Natal para tod@s."-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Luis Gomes** para dizer que “a minha intervenção refere-se à prestação de serviços públicos em Arganil, nomeadamente o Serviço de Finanças. Tenho sido abordado com bastante frequência por pessoas que me questionam porque é que o Serviço de Finanças de Arganil funciona de uma forma tão deficitária e tão prejudicial para os munícipes. Isto porque, como a maior parte das pessoas deve saber, para resolver qualquer assunto nas Finanças, é preciso fazer uma marcação prévia, definindo concretamente o assunto a tratar e depois, consoante a marcação, as pessoas são atendidas, que tanto pode acontecer em dois ou três minutos como estarem uma hora a resolver o seu assunto, enquanto todos os outros munícipes com marcações continuadas continuam à espera. Acho que é uma má prestação de serviços para Arganil, dá uma má imagem a Arganil e necessariamente a culpa vai recair na Câmara Municipal, que é sempre a entidade apontada como culpada destas anomalias. É uma questão que para mim é preocupante, pois os munícipes de Arganil deslocam-se ao vizinho concelho de Góis para resolver parte dos seus problemas que podem ser resolvidos pela via informática, porque aqui têm que fazer marcação prévia e em Góis essa marcação não é necessária e vêem resolvidos os seus problemas de um momento para o outro. É uma má prestação de serviço público e há que encontrar uma solução. Todos sabemos que esta situação foi resultante do período do COVID, mas cabe ao Chefe do Serviço de Finanças determinar se dá continuidade a esta directriz ou se ele próprio pode definir outra intervenção que satisfaça melhor as necessidades dos munícipes. Nada há a dizer quanto aos funcionários que ali prestam serviço, a atenção que todos têm para com os munícipes que ali se deslocam; do pessoal creio que não há reclamações nem reparos a fazer, mas esta obrigatoriedade de marcação prévia acho que é limitativa; imaginando que uma pessoa vem da Malhada Chã ou do Piódão ou Pomares e não tem conhecimento que tem que fazer a marcação prévia, chega à repartição e não é atendida. É uma situação anómala e prejudicial para o concelho de Arganil e para todos os munícipes. Deixo esta situação à consideração do executivo, para que tome as medidas que entender tomar, em termos de reclamação à entidade superior que superintende para que esta questão tenha uma resolução rápida, em favor dos munícipes que necessitam daquele serviço.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Ricardo Pereira** para fazer “duas breves notas para enaltecer; a primeira tem a ver com o Mercado de Natal que está aqui mesmo ao lado e que dá um movimento à vila e faz com que o espírito de Natal, mesmo para aqueles corações mais “em pedra” digamos assim, sejam imbuídos desse espírito e dar os parabéns ao município pela animação de quatro dias e pela decoração de todo o espaço envolvente ao edifício do município.-----

-----Enaltecer o papel do senhor Reitor de Arganil, padre Lucas Pio, através da peregrinação da imagem de N. Sr^a do Mont’Alto e do Menino Jesus da Ladeira a Lisboa, onde se verifica, através das redes sociais que independentemente das pessoas serem crentes ou não, independentemente de partidarismos ou do que quer que seja, estão todos ligados umbilicalmente a Arganil e isso vê-se pela quantidade de pessoas que têm estado presentes e reunidas na Casa da Comarca de Arganil. Enaltecer esse gesto do senhor reitor e felicitar também todos os arganilenses por esse gesto tão bonito.-----

-----Aproveito também para desejar a todos um santo e feliz Natal.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada municipal **Maria José Silva** para referir que “a minha intervenção tanto poderia acontecer agora como na discussão do Orçamento. Gostaria de chamar a atenção para a alínea que refere o apoio ao Associativismo para 2025, que se cifra em cerca de 250 mil euros, o que representa um grande incremento em relação a 2024, com mais 100 mil euros, revelando aquilo que tem sido uma tendência positiva dos últimos 4 ou 5 anos. Aliado a este incremento julgo muito importante salientar o carácter de rigor com que os apoios têm sido atribuídos. Logicamente que as Associações precisam e utilizam estes apoios para o desenvolvimento das suas actividades, mas todos sabemos que o modelo de financiamento das colectividades e associações tem que assentar também na iniciativa e na proactividade destas e que aqueles que apostam na formação dos seus elementos são aqueles que, no nosso entender, devem ser diferenciados. Por outro lado, penso que é muito importante que as associações tenham as chamadas burocracias organizadas, contas transparentes e documentação em ordem. Bem sei que as associações vivem do trabalho voluntário, que muitos dos elementos dos órgãos sociais já têm alguma idade, estão sobrecarregados e por vezes é difícil aceder a apoios e organizar as finanças das associações, mas também neste aspecto, creio que os serviços do município fornecem apoio a aconselhamento não só a nível financeiro, mas com outras valências.-----

-----Finalizo com uma nota de reconhecimento ao trabalho fantástico que as associações têm desenvolvido no concelho, muito especialmente com crianças e jovens.-----

-----Muito obrigada e também aproveito para desejar um feliz natal.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “começando pela intervenção do deputado José Miguel, quero acompanhar as palavras que deixou relativamente àquilo que é a aposta municipal na área da Educação. Felizmente foi possível, como é público e sabido, contratualizar estes financiamentos em meados deste ano, ao fim de muita expectativa, particularmente no que concerne à Escola Secundária de Arganil, há muitos anos que vinha sendo gerada expectativa que aquela intervenção seria apoiada; o tempo foi passando, as condições da escola não foram melhorando, mas finalmente foi possível criar condições e gerar e assegurar os meios para concretizar estas intervenções nestas escolas que vieram parar à esfera do município por via do processo de descentralização de competências na área da educação, uma vez que eram equipamentos até agora da propriedade e responsabilidade directa do Ministério de Educação. Ainda assim, como sempre dissemos, estaríamos disponíveis para ajudar a resolver aquilo que eram as debilidades e as fragilidades destes equipamentos se os meios financeiros fossem assegurados. Felizmente estão contratualizados, esta empreitada da Secundária teve já o seu início, a da Escola Básica 2,3 Professor Mendes Ferrão em Côja está neste momento em fase de articulação com o Tribunal de Contas para obtenção do visto prévio; do ponto de vista da contratação todo o processo também já decorreu; temos todas as condições para acreditar que no primeiro trimestre do próximo ano também esta intervenção na Escola Mendes Ferrão terá início.-----

-----Acompanhar também a intervenção do deputado Raul Martins; no que se refere ao Picos do Açor, quero aproveitar para enaltecer aquilo que é o papel da organização, muito centrada em três atletas, o David, o Romeu e o André, que também dá um apoio muito significativo nesta matéria. Reconhecer para além do apoio da Junta de Freguesia de Folques, o apoio da Junta de Freguesia de Arganil, para além do apoio de um número muito significativo de entidades de carácter privado, muitos patrocinadores que contribuem para que esta prova se venha a afirmar no panorama nacional e já mesmo internacional, quando falamos de participações de atletas de mais de 20 países, é prova de que já há uma afirmação internacional desta iniciativa.-----

-----Quero também acompanhar tudo aquilo que disse relativamente a este concurso mundial de dança e dizer que do lado do município, para além de ser uma alegria percebermos e termos conhecimento do sucesso destas bailarinas, é também motivo de satisfação podermos estar directa ou indirectamente associados a este sucesso, na medida em que contribuímos desde logo no âmbito daquilo que é o apoio ao associativismo ao nível da formação para que estas escolas possam efectivamente prestar um bom serviço aos nossos jovens; aliás, tem sido essa a nossa particular aposta, no que tem a ver com os apoios ao associativismo desportivo e cultural, é que elas tenham incidência na formação; a parte da competição a outro nível, particularmente no desporto, para nós não é tão significativa, mas a formação é algo em que também entendemos ter um foco muito grande. Agradecer também as suas palavras relativamente àquilo que são os resultados no índice de qualidade de vida,



Assembleia Municipal

naturalmente que também é para nós motivo de regozijo podermos constatar a evolução positiva que se tem registado nesta matéria.-----
-----Relativamente à intervenção do deputado Rodrigo Oliveira, sobre o Programa Mais Habitação e no que tem a ver com a Habitação a Custos Acessíveis, e ao processo inconseguido a que se referiu, como tive oportunidade de dizer na última Assembleia e também em algumas reuniões de Câmara que se seguiram, nunca fez parte do nosso perfil desistir perante as contrariedades, senão há muito que já cá não estaríamos, portanto aquilo que entendemos e em que estamos a trabalhar, é numa outra solução, que neste momento está fechada, estabelecida, já estamos inclusivamente a trabalhar naquilo que tem a ver com a questão dos projectos; mais informação trarei na próxima Assembleia Municipal, na medida em que há ainda questões formais para resolver, antes de anunciar em concreto do que estamos a falar. Sobre os custos com outro processo, aquilo que também fui dizendo ao longo dos meses, na Câmara e na Assembleia Municipal, um processo com estas características, Habitação a Custos Acessíveis, e no caso de Arganil estamos a falar na origem em Março de 2023, na identificação de um conjunto de imóveis do sector privado, portanto imóveis devolutos, mais nova construção, que no seu conjunto representam 80 fogos. Um processo com esta dimensão e com estas características implica sempre correr alguns riscos e neste caso em concreto o município vai perder não na totalidade, porque ainda interrompemos o processo em determinado momento após a entrega do estudo prévio e haveria depois uma fase subsequente do projecto de execução, mas interrompemos logo após a entrega do estudo prévio, portanto há um custo associado que já foi suportado posteriormente à entrega do estudo prévio, não é o custo total que estava envolvido neste concurso mas ainda assim há aqui um prejuízo neste imóvel como há em outros que estavam no levantamento que na altura foi feito dos 30 imóveis particulares que depois se percebeu que alguns proprietários tinham entretanto outras alternativas; volto a dizer que há sempre um nível de risco e se em processos como este, não houver ousadia para correr algum risco, não acontece rigorosamente nada, estaríamos ainda à espera para que o IRU pudesse sancionar tudo e mais alguma coisa. Sobre o corredor ecológico a que se refere e àquilo que designa como propaganda eleitoral, o senhor deputado certamente sabe do que está a falar, mas eu quero relembrar que temos no território porventura o maior corredor ecológico da Península Ibérica, que é a Grande Rota do Alva, a Grande Rota das Aldeias Históricas, que são dois bons corredores ecológicos que temos no território e sobre isto não haverá grandes dúvidas. Sobre o processo do Teatro Alves Coelho, e agradeço a sua questão, porque me dá oportunidade para clarificar algumas coisas; acho curiosa a tónica que coloca no processo de classificação do Teatro Alves Coelho como Imóvel de Interesse Municipal, como se isso pudesse obedecer a uma intenção meramente eleitoralista; é uma coisa muito sofisticada e muito desenvolvida entender-se que no meio disto tudo, aquilo que importaria era classificar o Teatro Alves Coelho como Imóvel de Interesse Municipal, com o grande propósito de interesse eleitoralista.



Assembleia Municipal

Faria todo o sentido encarar esta classificação como sendo de interesse eleitoralista. Lamento esclarecê-lo no sentido que não tem nada a ver com isto; nós estamos a falar e até o assumi em Reunião de Câmara de uma forma porventura demasiado ingénua, face ao tal interesse eleitoralista, dizendo e reconhecendo que este processo de classificação do Teatro Alves Coelho tem no seu propósito de desencadeamento nesta fase, apenas um único objectivo, que é viabilizar uma candidatura no âmbito daquilo que são os equipamentos culturais. Há neste momento um Aviso aberto, que poderão consultar e verificar aquilo que estou a dizer, os investimentos para os equipamentos culturais é um dos pressupostos, se não fizermos a nossa parte, não podemos depois dizer que chatice, as candidaturas não são aprovadas; temos obrigação de fazer a nossa parte e terão a oportunidade de confirmar, se consultarem esse Aviso, que um dos requisitos é precisamente que todos os equipamentos objectos de intervenção estejam pelo menos com o processo de classificação iniciado; leia-se classificação como imóvel de interesse municipal, de interesse público, monumento nacional, etc; é neste âmbito que vamos também candidatar as intervenções da Lomba do Canho e da Igreja do Convento de Vila Cova de Alva. Há esta possibilidade e esta linha de financiamento e ela obriga a que exista um tipo de classificação. É mais pragmático e mais objectivo do que as tais intenções meramente eleitoralistas; aliás, se alguém não pode ser acusado sobre este processo, de alguma intervenção eleitoralista, é o executivo, pois nunca tomámos qualquer iniciativa com esse carácter; aliás, falamos do assunto quando somos chamados a esclarecer, tal como agora está a acontecer. Sobre o conteúdo do projecto e aquilo que alega sobre o seu desconhecimento, quero lembrar que em final do anterior quadro comunitário em 2021, do ponto de vista daquilo que eram os prazos formais, ainda tentámos uma candidatura com um projecto elaborado e aprovado em sede de reunião de Câmara; tendo sido um projecto que foi submetido à apreciação da Câmara Municipal, e tendo sido votado favoravelmente, não se pode dizer que seja um segredo ou que seja um assunto desconhecido; não me parece que essa afirmação seja adequada para esta matéria em concreto. Sobre o conteúdo, ele foi passível de consensualização com o proprietário do imóvel em termos das soluções de arquitectura, o projecto foi elaborado por um dos arquitectos mais reconhecidos nesta área a nível nacional e porventura a nível internacional, que é o arquitecto João Mendes Ribeiro, só uma curiosidade, se isso valer alguma coisa, foi o arquitecto que esteve à frente do projecto do Teatro Municipal da Lousã, é o arquitecto que está à frente do projecto do Teatro Nacional de S. Carlos e penso que apenas estes dois casos mais recentes poderão indicar alguma coisa acerca daquilo que é o reconhecimento deste profissional que trabalha na área da arquitectura. Do ponto de vista das soluções elas estão estabilizadas, neste momento ao nível do projecto está a haver uma actualização naquilo que tem a ver com questões formais e vou dar alguns exemplos; temos exigências, no actual quadro comunitário, relacionadas com o princípio de não prejudicar significativamente, questões relacionadas com regras ambientais e que têm que ser acomodadas e demonstradas



Assembleia Municipal

neste quadro comunitário; questões ainda mais críticas do que já eram anteriormente relacionadas com as regras anti-sísmicas, relacionadas com eficiência energética; tínhamos também um conjunto de equipamentos de som, de imagem, de luz, que de 2021 até à data em que nos encontramos, se encontram completamente desactualizados e descontinuados. O que está a acontecer é acomodar aquilo que resulta do que acabei de dizer na versão do projecto que já tinha sido aprovado; estamos a falar de coisas que podem ter algum significado do ponto de vista de soluções técnicas, não terão do ponto de vista da arquitectura. Contamos que durante o mês de Janeiro esta actualização do projecto seja entregue, estamos a trabalhar na candidatura ao Aviso que referi há pouco, dos equipamentos culturais, portanto nunca encarámos este processo como um jogo de transferência de responsabilidades como acabou de referir, antes pelo contrário e sublinho; sempre assumimos este processo com grande descrição e com um nível de responsabilidade e de defesa do interesse público, que é isso com que estamos comprometidos todos e cada um de nós.-----

-----Sobre o processo de construção do Centro de Recolha Animal, tem havido alguns desencontros entre aquilo que eram os princípios formais da candidatura, aquilo que tínhamos considerado no projecto de intervenção, estamos neste momento a fazer uma reformulação do projecto para o adaptar e para o colocar em conformidade com aquilo que são os princípios da candidatura, que está aprovada; neste momento aquilo que precisamos é que a intervenção esteja alinhada com a candidatura que foi aprovada e é disso que estamos a tratar, do ponto de vista técnico.-----

-----Sobre a intervenção da deputada Margarida Figueiredo já me referi há pouco, quando falei do património, que é de facto uma área em que estamos a fazer uma aposta muito grande.”-----

-----Teve novamente a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer “Senhor Presidente, obrigado pelas explicações às minhas perguntas, no entanto ainda existem algumas questões; relativamente ao Projecto Mais Habitação ficámos a saber que afinal o município vai ter prejuízo com estes projectos; aquilo que não disse é qual é o custo que vai ter o município, qual o prejuízo. Sobre o Corredor Ecológico a Grande Rota do Alva, nada tem a ver com aquilo que eu indiquei. Sobre o Teatro Alves Coelho, o que é certo é que é de quatro em quatro anos que ouvimos falar dele e o que é certo também é o que está ali à nossa frente e como ele está. Também não falou sobre a situação da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, da entrevista que o senhor Vice-Provedor deu ao Rádio Clube onde disse que se o município não executar até Abril de 2025 há um custo que é incutido ao município. Sobre o canil espero bem que em 2025 a obra avance porque ela já vem sendo adiada há vários anos.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve novamente a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “não me pronunciei sobre todas as intervenções; relativamente à intervenção do senhor deputado Luis Gomes, naquilo que foi a intervenção do funcionamento das Finanças e aquilo que é o atendimento conhecido, só por marcação, acho que esta metodologia de funcionamento foi uma herança em Arganil da COVID e ela já está mais ou menos resolvida, embora ainda ande por aí, mas todos estamos já com uma vida normal e era importante e reconheço e concordo com aquilo que disse, que a normalidade que todos temos já na nossa vida pessoal e colectiva pós covid, que também pudesse regressar ao funcionamento das Finanças; coloco-me à disposição para assinalar, junto do Chefe das Finanças, aquilo que é o desagrado aqui referido, relativamente à forma de funcionamento do Serviço de Finanças de Arganil.-----

-----Quero também agradecer as palavras do senhor deputado Ricardo Pereira sobre o Mercado de Natal e a iniciativa que envolve a comunidade arganilense, a nossa diáspora em Lisboa, é algo que é um momento de participação importante.-----

-----Sobre a intervenção da deputada Maria José e aquilo que tem a ver com o esforço que fazemos no apoio ao Associativismo, para além daquilo que referi há pouco, dizer que temos efectivamente aqui um esforço muito grande, a aposta que fazemos é direccionar os apoios para a área da formação e eles são muito claros, independentemente das dificuldades que possam criar a uma ou outra instituição, mas eles são muito claros, o propósito que entendemos como estratégico do apoio ao desenvolvimento desportivo e cultural é de formação, de promoção e organização de eventos e eventualmente algumas participações de algumas deslocações; não nos parece que tenham que ser os dinheiros públicos a andar a pagar “remunerações” a jogadores ou treinadores nem pagar remunerações a um músico de uma instituição; isso não cabe naquilo que é o propósito do programa de apoio ao associativismo. Estamos muito alinhados na prioridade dos apoios que são relativos aos meios que são colocados à disposição pelo município.-----

-----Sobre esta segunda intervenção do deputado Rodrigo Oliveira, posso fazer a quantificação daquilo que foram os prejuízos com os projectos, devemos estar a falar no máximo de uns 15 ou 20 mil euros; foi o risco que corremos com aquele processo, tal como corremos nos outros todos e volto a dizer que, se não houvesse risco, nenhum destes projectos estariam no ponto em que se encontram, excepto o dos prédios da Av. Da Sr^a do Mont’Alto, que é o único que já está aprovado pelo IRU. Cada um dos municípios que está neste processo teve que assumir algum nível de risco. Sobre a questão dos factos, o Teatro Alves Coelho está encerrado desde 2001, não foi encerrado em nenhum executivo do PSD; sobre aquilo que foi ou não feito, há aqui responsabilidades que não poderão deixar de ser partilhadas. Devo dizer que temos olhado e tratado este processo sempre com um nível de responsabilidade que é aquilo que ele exige; se está a contar que eu entre aqui a emitir opiniões acerca de opiniões, não perco tempo, nem as minhas energias com comentários dessa natureza.”-----



Assembleia Municipal

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “há aqui duas questões que resultaram da dinâmica que foi aqui imprimida, do que foi dito pelo senhor Presidente e pelo deputado Luis Gomes, em relação às Finanças. Este é um assunto que é apresentado nesta Assembleia e diz respeito a cada um de nós; temos o dever, quando vamos às Finanças, de exigir que sejamos atendidos; é preciso conhecer a legislação, e julgo que a legislação de obrigatoriedade de ser por marcação terminou em Agosto deste ano ou do ano passado; portanto não é necessário fazer marcação para serem atendidos. Cada um de vós também tem o dever de pugnar para que as Finanças trabalhem em prol do serviço público. Cada um que lá vai e não é atendido e sabe que não está ninguém, tem o dever de pedir o livro de reclamações e registar, porque ao fim e ao cabo virmos para aqui dizer que isto está mal, está assim ou assado, mas cabe-nos a nós a responsabilidade. Tendo em atenção que o assunto foi posto aqui, e há outro que também quero avançar, também tenho sido abordado várias vezes de que há estacionamento em algumas ruas pedonais, estacionamento sistemáticos que a GNR não tem a intervenção devida; esses estacionamento são ilegais, no entanto continuam a ser feitos continuamente. Até me foi dita a palavra que parece que há pessoas privilegiadas que podem estacionar onde querem e quando querem. Em relação a estes dois assuntos, eu tomo a iniciativa de contactar as Finanças Locais para ver como as coisas se encontram, e seguidamente, se não forem tomadas as soluções devidas, hierarquicamente farei outras démarches. Iguamente farei o mesmo com a GNR, deslocando-me lá, e dir-vos-ei depois na próxima Assembleia, como estão as coisas. Se as coisas não melhorarem, proponho que seja feita uma Moção que depois será encaminhada para as entidades competentes, a nível da hierarquia da GNR e das Finanças.-----

-----Gostaria ainda de dizer que promovo e incito a dinâmica que é imprimida aqui, das pessoas discutirem e apresentarem os problemas, mas há coisas que às vezes é preciso pedir à Oposição o seguinte: estando sempre a criticar, qual é a proposta? Por exemplo, no caso do Teatro Alves Coelho, qual é a proposta alternativa que a bancada do PS apresenta? É bom que colaborem, não é só criticarem; colaborem, digam quais são as alternativas, como é que podemos fazer; todos devemos discutir os problemas.-----

-----Em relação à comunicação social, não, senhor deputado, não sou parvo, estou a dizer que não sou parvo, apontou para a cabeça; estou somente a dizer que gosto da dinâmica, mas é preciso discutir e arranjar soluções, nós queremos é soluções, queremos fazer, é importante para Arganil.-----

-----Em relação à comunicação social, eu gostaria que em relação a este assunto das Finanças e em relação à GNR, relatassem que foi apresentado este assunto na Assembleia, porque pode ter um efeito dissuasor e que as coisas venham.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Helena Dias** para dizer “oh Senhor Presidente, queria relembrar um detalhe, o Presidente da Assembleia Municipal tem



Assembleia Municipal

que ter um pingo que seja de independência, relativamente ao executivo; são essas as suas funções.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** disse “é isso que procuro fazer.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “o seu papel está muito distante do que acabou de dizer; espero que tenha essa noção, se não tiver, tem que fazer uma reflexão depois do dia de hoje, relativamente ao seu papel enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Quero ainda dizer, relativamente ao facto do Partido Socialista não apresentar soluções, que a minha intervenção de hoje foi apresentar uma solução sobre o corredor ecológico; ouviu aquilo que eu disse? Não entendo a sua intervenção, sinceramente; foi minimamente infeliz.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** disse que “eu frisei um caso concreto, das dificuldades que temos ao longo do tempo para o fazer e não o temos conseguido e penso que só em conjunto conseguimos resolver os problemas. Foi esse o meu objectivo, atenção, foi esse o meu objectivo. Há situações que só colaborando todos é que conseguimos fazer. Foi esse o objectivo com que falei; aos anos que andamos com o Teatro Alves Coelho, o executivo e eu sei, tem feito tudo para o resolver, esta posse administrativa é uma forma de conseguirmos amealhar dinheiro para cá; quando eu falo nisto é para colaborarmos todos, para bem do concelho, para bem de uma obra que é necessária e que todos querem. Foi esse o objectivo com que falei.”-----

-----O senhor deputado **Rodrigo Oliveira** disse ainda “concordo plenamente trabalharmos em conjunto; já aqui por diversas vezes perguntei ao senhor Presidente pelo projecto do Teatro Alves Coelho; alguma vez ele foi apresentado a esta Assembleia? Nunca. Algum dos presentes conhece o projecto para o Teatro Alves Coelho? Ninguém sabe. É feito por um arquitecto “xpto”, segundo o Senhor Presidente disse, mas o projecto em si, eu não conheço e esta Assembleia também não, pois nunca aqui foi apresentado, nunca foi explicado pelo Senhor Presidente o que vai ser feito no Teatro Alves Coelho. Se querem que o projecto do Teatro Alves Coelho seja feito em conjunto, que concordo plenamente, então peçam o contributo da Assembleia para o projecto, tão simples quanto isto.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “acho que está na altura de estabelecermos um ponto de ordem nestas matérias e cada um perceber o papel que deve desempenhar naquilo que tem a ver com os vários processos que acontecem aqui. Sobre esta questão, de onde está o projecto, senhor deputado, não sei como devo responder-lhe, mas os seus camaradas que participaram na votação do projecto, têm o mesmo na totalidade; têm o projecto na



Assembleia Municipal

mesma dimensão. Não há aqui nenhum segredo, se os seus camaradas não lho remeteram, não custa nada solicitar essa versão que foi aprovada em 2021 e que está neste momento a ser objecto de actualização; não há nenhuma objecção em relação a isso. Agora sejamos muito claros, as competências legais da Câmara e da Assembleia estão muito definidas; não é papel da Assembleia Municipal fazer a apreciação de projectos, isso é algo que compete à Câmara Municipal; sejamos muito claros. Nem relativamente à colocação de uma pedra na calçada, nem relativamente ao Teatro Alves Coelho; não é esse o papel da Assembleia Municipal. Há questões formais que competem a cada um dos órgãos, o senhor tem toda a legitimidade para pedir o projecto porque quer conhecê-lo; naturalmente que será facultado, como foi na altura em que foi submetido à apreciação da Câmara Municipal. Facultaremos o link com todo o projecto, para fazerem a apreciação que entenderem, não é isso que está em questão, e também não é isso que foi aqui dito nas intervenções que acabei de ouvir. Será facultado, não é nenhum segredo. Este documento que foi aprovado em 2021 é um documento público, desde logo porque foi apreciado e votado numa reunião de Câmara.-----

-----Relativamente ao que foi dito pelo senhor Presidente da Mesa, dizer que também acompanho, tal como acompanhei a intervenção que foi referida relativamente às Finanças, acompanho também aquilo que foi dito relativamente ao estacionamento absolutamente anacrónico e àquilo que é uma sensação de absoluta impunidade que se verifica actualmente e é algo que também já foi discutido em sede de reunião de Câmara, esta permissividade e de se constatar que há coisas que todos vemos à frente dos nossos olhos todos os dias, ao nível do estacionamento, e que objectivamente não deviam repetir-se com a cadência que tem acontecido.”-----

-----Teve ainda a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para dizer que “queria apelar para que não tivéssemos “amnésia” relativamente ao processo do Teatro Alves Coelho, lembrando que há um projecto, que foi amplamente discutido e consensualizado com o proprietário do edifício; isto é algo que tem sido transparente, tem sido explicado, esta candidatura também existe, não é algo obscuro, e portanto eu, em meu nome pessoal e julgo que em nome da bancada, queremos agradecer ao Senhor Presidente toda a transparência que tem colocado ao longo deste processo e, de alguma forma, não quero dizer repudiar, mas negar as acusações que têm sido feitas ao executivo, relativamente à inexistência do projecto; obviamente que eu, enquanto deputado municipal, não vi o projecto, mas estou em crer que ele existe; será muito estranho não existir projecto nenhum; aliás, será muito estranho ser invocado aqui o nome de um arquitecto e não existir nada. Queria dizer que repudio as acusações que têm sido feitas de aproveitamento político de um processo que tem sido amplamente discutido, pelo menos durante este mandato. Obrigado.”-----



Assembleia Municipal

ORDEM DO DIA

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta nº 4/2024**, correspondente à sessão ordinária realizada no dia 14 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 abstenções e 27 votos a favor, aprovar a acta nº 4/2024, correspondente à sessão ordinária realizada no dia 14 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da **proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal**.-----

-----Presente a proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.--

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** explicou que “esta alteração diz respeito à transmissão online das sessões da Assembleia Municipal, com a introdução de alguns artigos.”-----

-----O senhor deputado **Rodrigo Oliveira** perguntou se “depois da aprovação de hoje, a transmissão online já estará em vigor na próxima Assembleia?”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** explicou que “em princípio sim; esta é a parte mais teórica, temos depois a parte mais prática, da instalação do processo, que será o município a providenciar. Há uma outra questão, que é a declaração de consentimento; todos têm que declarar que aceitam a gravação e a projeção; todos. Mesmo quem está no público, se quiser intervir, primeiro tem que ter uma declaração de consentimento. Há ainda uma série de procedimentos a ter em conta; agora faremos apenas a alteração do Regimento.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 31 votos, aprovar a proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 26º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**TERCEIRO: Designação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ) (alargada)**, nos termos da alínea l) do nº 1 do artigo 17º da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, na actual redação.-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “derivando esta necessidade de nomear um novo cidadão eleitor para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arganil, da impossibilidade de continuar a exercer essa função uma pessoa nomeada pela nossa bancada, entendemos ser legítimo a nomeação ocorrer por nossa escolha, algo que partilhei com a bancada da Oposição, na pessoa do deputado Rodrigo Oliveira. Assim, gostaríamos de escolher para o exercício destas funções o Senhor Afonso Ferreira.”-

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 28 votos a favor e 3 votos em branco, designar o cidadão eleitor Afonso Henrique Tavares Ferreira para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ) (alargada).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUARTO: Apreciação e votação**, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da proposta do **Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025**.-----

-----Presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e cuja cópia será arquivada na secção financeira.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para “fazer uma apresentação tão sintética quanto possível daquilo que são o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2025; estamos a falar, do ponto de vista de valores absolutos, do maior Orçamento de sempre, mas devo referir também que temos aqui depositada uma expectativa significativa naquilo que tem a ver com a capacidade de captação de fundos comunitários, quer sejam oriundos do Plano de Recuperação e Resiliência, quer sejam daqueles que estão relacionados com o Centro 2030. Naquilo que está já em fase de materialização temos boas expectativas relativamente a alguns dos processos e destacar a este respeito aqueles que estão já mais adiantados, como é o caso da Educação e da Saúde, em que os financiamentos foram já objecto de contratualização e essa contratualização faz com que naquilo que é a realidade da Comunidade Intermunicipal, considerando municípios entidades públicas e também entidades privadas, sejamos, Arganil, excluindo a comparação no âmbito da habitação, mas relativamente àquilo que tem a ver com os outros instrumentos, integramos o top 10 de beneficiários finais com maiores valores captados e estamos



Assembleia Municipal

aqui no mesmo grupo que está por exemplo a Universidade de Coimbra, que é o maior beneficiário líquido, ou o próprio município de Coimbra, que é o segundo maior beneficiário líquido deste lote de 10 beneficiários finais com maiores valores captados, que integra estas entidades públicas, integra municípios e integra também a realidade empresarial. Há efectivamente uma expectativa, que não é só expectativa, relativamente àquilo que será a concretização ao nível de obtenção de fundos comunitários, também não é segredo para ninguém, já o repeti aqui varias vezes, que municípios com as características do de Arganil não fossem os fundos comunitários e actividade municipal, estaria reduzida ao pagamento de vencimentos e da conta da água, luz e lixo e pouco mais que isso; efectivamente é esta capacidade de aceder aos fundos comunitários que pode fazer a diferença e é isso que contribui também para que tenhamos neste Orçamento e Plano para 2025 este valor absoluto de quase 42 milhões de euros.-----

-----Referir aquilo que á a principal distribuição por área de actuação; ao nível da Protecção Civil e Luta Contra Incêndios, 400 mil euros; ao nível da Educação, 8.6 milhões; ao nível da Saúde, 2 milhões; ao nível da Ação Social, 275 mil €; Habitação, 6 milhões; Ordenamento do Território, 2.4 milhões; Saneamento, Abastecimento de Água e Resíduos Sólidos, 3.1 milhões; Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, 60 mil euros; Cultura, um milhão; Desporto, Recreio e Lazer, 500 mil euros; Mobilidade e Transportes Rodoviários, 2.2 milhões; Turismo, 2 milhões. Há uma realidade e já o referi na reunião de Câmara, que não está reflectida nestes valores, que é a ausência de desagregação ou de especialização naquilo que tem a ver com os custos com o pessoal e que em algumas áreas assume um peso determinante, como o caso da Ação Social, com aquilo que é a equipa técnica; é aquilo que tem a ver com a Educação, na componente relacionada com os custos com pessoal; A mesma coisa se passa na área da cultura e do turismo no peso estrutural que tem a ver com os recursos humanos e apenas para dizer que estes valores acabam nessa medida por estar subavaliados em função de não haver essa especialização ao nível do Orçamento, acontecerá naturalmente ao nível da Prestação de Contas.-----

-----Na Protecção Civil e Luta Contra Incêndios, destacar os investimentos na área das faixas de gestão de combustível, nas áreas integradas de gestão da paisagem, nos condomínios de aldeia, nos protocolos com os bombeiros ao nível das equipas de intervenção permanente. Não estão aqui incluídos aquilo que será assegurado para os bombeiros, através da iniciativa territorialmente integrada da CIM, ou seja, os fundos comunitários de que o município colocará à disposição das corporações de bombeiros e que no nosso caso, para as duas corporações de bombeiros, terá um significado na ordem dos 600 mil euros.-----

-----Ao nível da Educação destacar a requalificação da ESA, que considera, para o ano de 2025, uma dotação de 2.8 milhões, da requalificação da EB Prof. Mendes Ferrão, com uma dotação para 2025 de 2.7 milhões e aquilo que tem a ver com um conjunto de competências ao nível das refeições, dos transportes, e dos apoios à



Assembleia Municipal

educação de valor superior a 900 mil euros. A Descentralização assume aqui um peso significativo, como tem sido reiteradamente informado, nomeadamente naquilo que tem a ver com a estrutura do pessoal, e lembrar que assumimos mais de 70 funcionários no âmbito da descentralização de competências da educação e lembrar que continuamos a acumular défice resultante desta descentralização da área da educação. Também temos aqui a participação do município no programa intermunicipal de promoção do sucesso educativo, portanto esta é parte da componente nacional, daquilo que é a dotação nacional que são os 15% da candidatura que é centralizada ao nível da CIM para todos os municípios.-----

-----Ao nível da Saúde destacar o investimento no novo Serviço de Urgência Básico e Centro de Saúde com uma dotação prevista para 2025 de 1.5 milhões, num valor que considerando o equipamento e considerando as acessibilidades haverá de rondar os 5.8 milhões. Está também aqui considerada a remodelação da unidade de saúde de Pomares, com uma dotação de sensivelmente 80 mil euros e a parte da descentralização de competências da saúde com um valor na ordem dos 380 mil euros.-----

-----Na Ação Social destacar deste montante de 275 mil euros que, pelas razões que há pouco referi, está significativamente subavaliado, mas ainda assim destacar o projecto Arganil Solidária 20 mil euros; os seniores em movimento 5 mil; programa ABEM 8.500€; plano de mobilidade para a integração de migrantes 5.500€; o radar social 70 mil€; CLDS 5G 36 mil€; depois aquilo que está inerente à transferência de competências na área da Ação Social, e a este respeito dizer que, se no caso da Educação temos notas muito críticas relativamente à forma como a descentralização aconteceu, no caso da Ação Social houve em determinado momento um processo negocial que permitiu fazer com que o resultado final seja relativamente tranquilo na questão financeira dos municípios.-----

-----Ao nível da Habitação dar nota daquilo que tem a ver com a conclusão das intervenções relacionadas com a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, como sabem considera antigas escolas de Torrozelas, de Sanguinheda e de Sarnadela; no caso do parque público da Habitação a Custos Acessíveis da dotação global estamos a considerar aqui uma dotação no Orçamento de 2025 de 5.8 milhões.-----

-----No Ordenamento do Território e aproveitar para dar aqui um esclarecimento que também foi possível fazer na reunião de Câmara, na sequência de uma interpolação que foi colocada, a aparente estranheza de considerarmos no Ordenamento do Território a intervenção da reabilitação e requalificação do Teatro Alves Coelho, e para explicar esta circunstância vale a pena lembrar que no quadro comunitário anterior a perspectiva era fazer esta intervenção no âmbito da regeneração urbana e isso entrava nesta rubrica. Neste momento, como expliquei há pouco, a abordagem é pela área da cultura, nos equipamentos culturais, contudo, considerando o histórico, não houve forma técnica de fazer esta conformação; consideramos aqui para 2025 1.5 milhões. Consideramos aqui também o Parque Verde Urbano do



Assembleia Municipal

Prado em Côja com uma dotação na ordem dos 160 mil euros e o projecto do cadastro simplificado BUPI com uma dotação na ordem dos 365 mil euros.-----

-----Ao nível dos investimentos relacionados com o Saneamento de Águas Residuais uma dotação de sensivelmente 900 mil euros. Repito aqui a referência que já fiz relativamente às outras áreas, há pouco, é um valor que está subavaliado porque não considera aquilo que são os custos com os recursos humanos que estão colocados na rubrica do pessoal, mas ainda assim referir aquilo que tem a ver com os valores previstos para a conservação e ampliação de redes 60 mil euros; aquilo que tem a ver com as intervenções que vamos candidatar no âmbito do saneamento para o ciclo urbano da água de 430 mil euros e também aquilo que tem a ver com os custos de análises, de produtos para tratamento de águas residuais e de recolha de efluentes, de 375 mil euros.-----

-----No Abastecimento de Água a dotação atinge o valor de 1.4 milhões de euros, consideramos aqui e estas rubricas que são mais pequenas têm a ver com a circunstância de dependerem exclusivamente do Orçamento Municipal, portanto aqui temos este valor de 120 mil euros, mas temos também aqui a expectativa de financiar um conjunto mais alargado de intervenções relacionadas com o ciclo urbano da água no montante superior a 450 mil euros em 2025. Consideramos aqui também os custos com análises das águas de abastecimento, produtos para as águas bem como aquilo que é a compra de água em cinco subsistemas que são geridos pela Águas do Centro Litoral.-----

-----Relativamente aos Resíduos Sólidos um esforço que está aqui reflectido de 800 mil euros e aqui destacar o Programa de Recolha Bio com uma dotação de 37 mil euros, um projecto relacionado com a construção de um ecocentro e estação de transferência com uma dotação de 135 mil euros para 2025, aquisição de contentores 20 mil euros etemos aqui depois esta conta que tem tido um valor significativamente ascendente nos últimos anos, da ERSUC que em 2025 ultrapassará os 600 mil euros.-----

-----Ao nível da Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, deste valor de 600 mil euros, destacar o Centro Municipal de Recolha Animal com um projecto que haverá de aproximar-se de 276 mil euros, o projecto relacionado com a melhoria das condições de visitaçao à Paisagem Protegida da Serra do Açor, esta componente da visitaçao está já parcialmente executada, particularmente na intervençao na zona da Fraga da Pena; não está ainda concluída a relacionada com a casa grande da Mata da Margaraça e há também ainda uma expectativa relacionada com uma nova candidatura para o Plano de Co-gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor. Temos aqui um valor relacionado com aquilo que são intervenções mais vastas de conservação e manutenção noutros equipamentos.-----

-----Ao nível da Cultura, para 2025, destacar o Projecto de dinamização da Lomba do Canho que considera uma dotação de 335 mil euros para 2025 no valor global de 658 mil para dois anos; contamos incluir aqui esta candidatura que é feita aqui referência, da requalificação da Capela do Senhor da Agonia é uma intervençao para



Assembleia Municipal

o Núcleo de Arte Sacra, que está a decorrer, que conta com o apoio de 100 mil euros por parte do PDR e é o remanescente até aos 300 mil é suportado pelo orçamento do município. Temos aqui considerado também a reabilitação da Igreja de Stº António do Convento em Vila Cova de Alva, com uma dotação para 2025 de 406 mil euros e está aqui considerado também o apoio ao associativismo que se reparte entre a cultura e o desporto, recreio e Lazer, que em termos globais são 250 mil euros, 150 mil dos quais dirigidos à Cultura e 100 mil dirigidos ao Desporto. Destacar também aqui o que tem a ver com algumas intervenções relacionadas com a manutenção de parques infantis e produtos, manutenções de percursos pedestres, de 60 mil euros no seu total, sensivelmente; aquilo que decorre com os apoios para os eventos desportivos, incluindo o Rali de Portugal com uma dotação de 145 mil euros.-----

-----Ao nível da rubrica dos Transportes Rodoviários consideramos para 2025 as intervenções de requalificação da rede viária municipal, com uma dotação de 2 milhões de euros, intervenções mais pequenas de conservação de infra-estruturas viárias municipais de 170 mil euros e investimentos relacionados com a segurança rodoviária de 50 mil euros.-----

-----Ao nível do Turismo destacar destes 1.9 milhões de euros, a intervenção que está a decorrer no parque municipal de Campismo do Sarzedo, relacionada com o auto-caravanismo e também aquela que estamos a contratar, relacionada com a requalificação dos equipamentos, dos balneários, que não estão nas melhores condições. Também aqui destacar a intervenção da recuperação e valorização de património natural na Ribeira de Piódão, particularmente em Foz d'Égua, da substituição da ponte pedonal, intervenção que está a decorrer nesta altura e a relacionada com a Zona de Lazer está em vias de ter início, está também já contratada. Temos expectativa relativamente a uma candidatura que submetemos ao Turismo de Portugal, para a promoção de acessibilidades e mobilidade escalonada na aldeia da Benfeita, que a ser aprovada, considerará um investimento na ordem dos 200 mil euros; temos intervenções nas Zonas Balneares e Praias Fluviais numa grandeza superior a 150 mil euros. Zona de Lazer de Pombeiro da Beira com uma dotação de 300 mil euros. Parque Geracional de S. Martinho da Cortiça com 150 mil euros. As iniciativas de dinamização do comércio tradicional incluem-se aqui, estas iniciativas de Natal, da Páscoa, outros eventos festivos como Feira das Freguesias, Noites de Verão, Ficabeira e Feira do Mont'Alto, Noite Branca e outros eventos de promoção turística do concelho com uma dotação na ordem dos 530 mil euros. Consideramos também aqui uma aposta significativa naquilo que tem a ver com a transferência entre administrações e particularmente para as nossas Juntas de Freguesia, um esforço na ordem de 1.4 milhões de euros, que é integralmente suportado pelo orçamento municipal, dirigido às Juntas de Freguesia. Temos aquilo que tem a ver com a comparticipação nos projectos que estão todos eles individualizados nas GOP que são centralizados na Comunidade Intermunicipal e em que depois o município tem que suportar a parte da componente nacional que



Assembleia Municipal

tipicamente são 15% do valor global dos projectos. Temos as cotas da ADXtur, Associação das Aldeias do Xisto, das Aldeias Históricas de Portugal, da Associação de Municípios e da Serra do Açor mais conhecida por ADESA.-----

-----Também fazer um apontamento relacionado com aquilo que pode evidenciar um aumento muito significativo das transferências do Orçamento do Estado particularmente entre 2023 e 2025; alertar para o facto desta evolução é essencialmente aparente, na medida em que ela reflecte essencialmente ou muito particularmente aquilo que decorre da descentralização de competências na área da saúde, da educação e da ação social, que tem um peso financeiro muito grande e que na realidade nós recebemos o dinheiro e pagamos custos fixos, portanto este aumento de valores tem a ver com isso essencialmente, sem prejuízo de haver efectivamente aqui um ligeiro incremento em termos líquidos de 2024 para 2025 que ainda não conseguimos quantificar ao certo em termos líquidos, mas haverá de andar na ordem dos 800 mil euros, que ainda não sabemos se vai conseguir cobrir aquilo que decorrerá das decisões do Governo em matéria de evolução de custos salariais, mas ainda assim, pela análise preliminar que fazemos, denota-se aqui um aumento de valor.-----

-----Em termos sintetizados era isto que tinha para vos dizer, apenas referir aquilo que se mantém como política municipal e tivemos oportunidade de apreciar em sede de reunião de Câmara e penso que vem também aqui na ordem de trabalhos, aquilo que tem a ver com a política fiscal, nomeadamente em matéria de IMI, de mantermos o valor de referência no seu intervalo mínimo, aquilo que tem a ver com a devolução aos respectivos donos de 5% do IRS que cada cidadão com residência fiscal no concelho tem, aquilo que tem a ver com o IMI familiar, para além daquilo que são os 0,3% o valor mínimo da taxa de IMI também o que decorre do apoio às famílias com dependentes, quer sejam ascendentes ou ascendentes, em função do número de ascendentes, também um apoio directo para essas situações a Derrama para as empresas nos 0%, tarifários apesar das dificuldades de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos dos mais competitivos que temos na região.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “como já vem sendo hábito, quero partilhar com esta Assembleia aquela que é a minha opinião sobre o orçamento que hoje é trazido a votação. Se não me falha a memória, este é já o 7º orçamento municipal sobre o qual tenho o privilégio de poder partilhar a minha opinião nesta casa. Este é uma tarefa que é natural que se torne algo repetitiva, mas, por falarmos do mais importante documento que anualmente somos chamados a votar, não poderia deixar de o fazer.-----

-----É um documento extenso e pesado. Sim, é normal que o seja. Mas consegue dele retirar-se o essencial de forma bastante simples. A nota de abertura do mesmo, assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Paulo Costa, é um resumo fiel e esclarecedor do que é a proposta de orçamento municipal para o ano de 2025. Não farei na minha análise uma apresentação detalhada de todos os valores afectos



Assembleia Municipal

a cada rubrica, pois eles estão disponíveis na documentação distribuída e cada um de Nós já o terá feito, ou não, em função da sua disponibilidade e interesse. Apesar da minha menor disponibilidade nesta fase do ano, dediquei o tempo possível a essa análise para vos poder falar hoje, do orçamento e das grandes opções do plano, como um todo, pois é assim que ele será votado, como um todo.-----

-----As prioridades definidas num orçamento, são consequência natural da ideologia e do pensar de quem o define, e quem tem a legitimidade para o definir, em democracia, são efectivamente aqueles que mereceram a confiança do povo, vencendo eleições. Isto parece evidente, mas por vezes podemos esquecer-lo. Mais ainda tendo nós por exemplo o que agora acontece a nível nacional, onde improváveis colaborações de sentido de voto levam a que quem foi eleito para governar, tenha que o fazer não sobre as suas medidas, mas sim sobre as medidas de quem era suposto ser oposição. Digo isto não para legitimar este orçamento, pois não precisa, mas sim para recordar que estes orçamentos devem ser acima de qualquer outra coisa, o reflexo da capacidade de quem os apresenta em cumprir com aquilo a que se comprometeu perante o povo. Esta é uma máxima que nunca deve ser subvertida. Este orçamento municipal dá continuidade integral à assunção desse compromisso. Recorde-se “Arganil com futuro”.-----

-----O futuro de qualquer País ou Região, não se constrói nem num curto prazo, nem assente em ideias soltas, limitadas ao curto horizonte. Bem sei que um ciclo eleitoral não é longo o suficiente para promover investimentos estruturantes e daí retirar os seus resultados e benefícios. Por tal facto, e como ser eleito é condição para poder continuar no poder, assistimos não poucas vezes ao privilegiar das medidas de retorno eleitoral imediato em pretérito de medidas estruturantes. Em Arganil felizmente a prioridade é o futuro do concelho. Ser eleito é a consequência do trabalho realizado e nunca o objectivo único ou principal. Vejamos: o projecto político do Dr. Luís Paulo Costa, assentou sempre de forma clara na capacidade de resolver os problemas estruturais do concelho, com o objectivo máximo de captar pessoas para o nosso território. Mais e melhores postos de trabalho em Arganil era uma condição essencial e o ponto de partida. Materializou investimento na expansão da principal zona de acolhimento empresarial do concelho para por essa via fixar empresas. Um caminho moroso e difícil, é certo, mas o único possível. Paralelamente, foi e está a promover investimento na criação de condições para uma melhoria contínua da qualidade de vida de todos os que habitam no nosso território. Este orçamento propõe-se a materializar alguns desses muito significativos investimentos. De um orçamento que não descora nenhum dos necessários investimentos da normal gestão, dou enfoque natural aos mais relevantes que agora se iniciam:-----

---Na Educação, 8,6 M€ de investimento. Além dos 1,2 M€ colocados no apoio directo aos alunos, este orçamento dá vida a dois dos mais relevantes e necessários investimentos no nosso concelho: a requalificação, modernização e ampliação da Escola Secundária de Arganil e a requalificação da Escola Básica 2,3 Professor



Assembleia Municipal

Mendes Ferrão, em Côja. A importância deste investimento foi aliás muito bem explicada pelo meu colega deputado municipal José Miguel.-----

---Na Saúde, a construção do novo SUB e Centro de Saúde de Arganil, com um investimento de cerca de 5,8M€, colocarão à disposição não só dos Arganilenses, mas de todas as pessoas desta região, uma nova infra-estrutura, em localização adequada às suas funções, dotada de instalações e equipamentos que irão contribuir de forma inequívoca para a melhoria dos serviços de saúde primários e de urgência prestados a todos os utentes.-----

---Na habitação, com a concretização de um investimento estimado de 6 M€, a alocar ao Parque Público de Habitação, iniciar-se-á o caminho para suprimir umas das principais lacunas existente actualmente. Realce-se ainda que este investimento não só permitirá a criação de habitações destinadas ao mercado de arrendamento, como simultaneamente permitirá a reabilitação de algum edificado devoluto ou em mau estado.-----

---No ordenamento do território, inclui-se a perspectiva de iniciar os trabalhos de reabilitação e requalificação do Teatro Alves Coelho, num investimento de mais de 5M€ a promover por um período de 3 anos. Este investimento materializará um dos principais anseios da comunidade arganilense, devolvendo a este carismático edifício a marca da casa da cultura em Arganil.-----

-----Num orçamento de tão grande envergadura, foquei apenas e só as chamadas “gordas”. Trabalho, educação, saúde, habitação e cultura. Premissas base da qualidade de vida de qualquer cidadão. Mas este orçamento aporta muito mais que as premissas base. Investe com relevo nas matérias que anteriormente referi, sem retirar financiamento a áreas como a protecção civil, o meio ambiente, a conservação da natureza, a acção social, o saneamento, o abastecimento de água, os resíduos sólidos, o desporto, o lazer, o associativismo, os transportes, as vias de comunicação, o turismo ou financiamento das nossas freguesias.-----

-----Com quase 42M€ consagrados neste orçamento, este documento marca um novo e muito superior limite máximo a investir no nosso território. Seria de esperar um crescimento do orçamento Municipal? Sim, não há que haver qualquer desonestidade em relação a isto. Com o consumir dos processos de transferência de competências, seria estranho se assim não fosse. Mas a grandeza deste valor é ainda assim, mais que isso. É o reafirmar da capacidade deste executivo municipal em captar por via dos apoios comunitários a cabimentação necessária para promover os ditos investimentos estruturantes no nosso território. A tendência genérica dos orçamentos municipais de todos os concelhos deste País será crescer. Crescer cerca de 35% face ao ano anterior e quase triplicar os valores dos orçamentos praticados há uma década atrás, será, se não for caso único, seguramente caso raro.-----

-----Ainda que seja raro, e um raro muito bom, não é por aí que defendo a sua aprovação. É sim, porque, como disse anteriormente, se trata de um orçamento que dá continuidade a um projecto sólido e estruturado para o futuro de Arganil que



Assembleia Municipal

merece e necessita de ser continuado. Os resultados revelam isso mesmo. De acordo com os resultados apurados pelo estudo anual desenvolvido pela Markttest, Arganil subiu 9 lugares na lista dos municípios com melhor qualidade de vida, alcançando o 43º lugar a nível nacional e o 3º entre os municípios que compõem a CIM-Região de Coimbra, como já aqui foi referido pelo meu colega Raul Martins. Não será certamente obra do acaso. Não o é também o facto de um dos indicadores onde Arganil mais subiu ter sido no índice de dinamismo económico, com uma subida de 17 posições. As recém-eleitas 6 empresas PME Excelência de Arganil, a quem aproveito para felicitar publicamente, são a prova viva disso mesmo.-----

-----Não posso ainda deixar de referir, que tudo isto acontece num Município que se assumiu como pioneiro entre as entidades estatais a pagar a tempo e horas, sendo a entidade pública Portuguesa que ostenta o selo do compromisso Pagamento Pontual há mais tempo. Tudo isto acontece num município onde a política fiscal de competência municipal, que votaremos de seguida, é a de menor tributação possível quer sobre o rendimento das pessoas, quer sobre o rendimento das empresas, demonstrando que é possível investir mais em prol das pessoas e das empresas sem ter que lhes pedir mais impostos por contrapartida. Tudo isto acontece num município onde as pessoas e as suas famílias não deixam de estar em primeiro lugar como atesta a consecutiva distinção como autarquia mais familiarmente responsável.

-----Mais que os números vertidos numa centena de folhas de um orçamento, importa o que dele fica no território. Está à vista que tem ficado muito e que os resultados aparecem. Este orçamento propõe que fique muito mais. Com honestidade. É isso que todos queremos, é disso que todos necessitamos.-----

-----Assim, tal como disse nos 6 anteriores, digo para este também. Aprove-se.-----

-----Termino, na hipótese de não voltar a usar da palavra, desejando a todos um santo e feliz natal e um óptimo 2025. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “isto de ser o maior orçamento de sempre, vale o que vale, porque se olharmos para o orçamento de 2024 estava orçado em 38 milhões de euros, foram executados 18; são números. Também fazer um pequeno apontamento na sequência da reunião do conselho municipal da juventude, realizada ontem, onde foram apresentados os valores dos eventos ligados à juventude, nomeadamente o Arganil Rock, o Arganil Summer Fest e a Semana da Juventude; temos 9.500 euros para os eventos todos. Este é o valor que se dá à juventude.-----

-----Ao analisarmos o orçamento apresentado para o próximo ano, identificamos alguns pontos positivos, mas também vários aspectos de carácter eleitoralista e outros que consideramos negativos ou insuficientemente trabalhados.-----

-----**Aspectos Positivos:**-----

-----**Valor significativo de 41,5 milhões de euros:** Este orçamento tem o potencial de gerar um impacto relevante na economia local e regional, caso o valor espelhado seja efectivamente executado. No entanto, é importante destacar que,



Assembleia Municipal

historicamente, muitos destes montantes passam de ano para ano sem qualquer execução prática, o que mina a confiança nas metas apresentadas.-----

-----**Obras públicas necessárias e prioritárias:**-----

---Requalificação da Escola Secundária de Arganil e da EB 2,3 de Côja.-----

---Melhorias no Centro de Saúde e na Sub-extensão de Saúde de Pomares.-----

---Projectos de habitação a custos acessíveis, incluindo a reabilitação da Casa dos Magistrados e a construção de três prédios nas proximidades da GNR.-----

-----**Aspectos Eleitorais:**-----

-----**Intervenções na rede viária:** Mais uma vez, as obras mais significativas estão reservadas para o último ano do mandato, o que levanta sérias dúvidas sobre a intenção estratégica do executivo. Por mais anos que passem, o “alcatrão” continua a ser usado como uma ferramenta eleitoral poderosa.-----

-----**Parques de lazer de Pombeiro e S. Martinho:** Planeados igualmente para o último ano do mandato, reforçando o carácter eleitoralista destas iniciativas.-----

-----**Aspectos Negativos:**-----

-----**ETAR de Sarzedo:** Este orçamento não contempla qualquer intervenção numa infra-estrutura que apresenta um grave problema de saúde pública. Trata-se de uma questão urgente que já foi levantada várias vezes, sem solução à vista. A ausência de medidas concretas demonstra que esta situação não é uma prioridade para o Município, algo que consideramos inaceitável.-----

-----**Plano de divulgação e atractividade para a Zona Industrial da Relvinha:** Inexistente.-----

-----Estamos profundamente preocupados com a aparente passividade estratégica no que diz respeito à Área Empresarial da Relvinha. Esta infra-estrutura não pode ser vista como um fim em si mesma, mas sim como o ponto de partida para um plano abrangente e ambicioso de desenvolvimento local.-----

-----A construção da Área Empresarial deveria ter desencadeado um conjunto de iniciativas integradas, capazes de impulsionar a nossa comunidade em múltiplas frentes: o crescimento populacional, a criação de emprego qualificado, o investimento na habitação, a renovação urbana e a modernização dos equipamentos públicos.-----

-----No entanto, o que vemos é a ausência de um esforço concertado para materializar estas promessas, o que compromete o potencial transformador deste projecto. Exigimos, por isso, uma reflexão séria e a apresentação de um plano estratégico concreto, que devolva a esta iniciativa a visão integradora e o dinamismo que lhe foram prometidos desde o início.-----

-----**Praias fluviais:** O investimento previsto é manifestamente insuficiente para valorizar estes recursos naturais, que são fundamentais para o turismo.-----

-----**Apoios à natalidade:** Continuam ausentes, comprometendo o apoio ao comércio local e dificultando a fixação de jovens famílias no concelho.-----



Assembleia Municipal

-----**Bolsas de estudo para o ensino superior:** A inexistência de apoios para os estudantes do concelho representa uma falha significativa, com impacto no desenvolvimento educativo e no futuro da região.-----

-----**AIGP e projectos como os Condomínios de Aldeia e a Ponte da Foz d'Égua:** Estas iniciativas continuam a ser listadas ano após ano, sem que se verifiquem avanços concretos.-----

-----**Programação cultural:** Não foram apresentados detalhes sobre o planeamento cultural para o próximo ano, deixando dúvidas sobre a consistência e a visão estratégica para esta área.-----

-----**Apoios ao desporto:** Os investimentos previstos continuam insuficientes, exceptuando eventos de maior visibilidade, como o Rali de Portugal e o Trail. O desporto escolar e o movimento associativo permanecem com apoios limitados, o que prejudica o desenvolvimento desportivo de base no concelho.-----

-----Vivemos numa sociedade democrática, o que implica viver em proximidade com os cidadãos e solicitar activamente a sua opinião. A implementação de **Orçamentos Participativos** é fundamental para fomentar uma maior participação cívica, servir como alavanca para o desenvolvimento local e promover a coesão territorial.-----

-----Também consideramos essencial realizar **reuniões descentralizadas**, envolvendo a Câmara e a Assembleia Municipal, para aproximar e incentivar a participação activa dos cidadãos. Estas iniciativas não só incluiriam os munícipes nas decisões políticas, mas também ajudariam a promover a verdadeira essência da política, num momento em que a política e os políticos enfrentam níveis de desconfiança sem precedentes.-----

-----É lamentável que, na elaboração deste orçamento, **o Partido Socialista não tenha sido consultado para dar qualquer contributo**. Este facto reflecte o défice democrático deste executivo e limita o pluralismo necessário para construir um orçamento que efectivamente responda às necessidades da população.-----

-----Por todos estes motivos, o **Partido Socialista decidiu abster-se na votação deste orçamento**. Reconhecemos o potencial de algumas iniciativas, mas consideramos que o orçamento carece de maior equilíbrio, inclusão e estratégia para responder aos desafios estruturais do concelho.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para “emitir um comentário que me parece esclarecedor, face àquilo que foi dito pelo colega Rodrigo Oliveira; no final vemos o que é que realmente resulta do orçamento e esse momento, no meu entendimento, chama-se Prestação de Contas; se diz que isto acontece de forma frequente, que ficámos aquém daquilo que são as propostas de orçamento, é no mínimo estranho na prestação de contas realizada a 25 de Abril deste ano, onde analisámos o orçamento anterior, não tenha sido feito qualquer comentário da vossa parte; parece-me que o histórico e aquilo que é o resultado da ação deste executivo é bem diferente daquilo que retracta. Acho que comparado com outras realidades que conheço e até com o histórico anterior desta mesma casa, não me parece de todo que aquilo que esteja a acontecer seja ficar muito



Assembleia Municipal

aquém daquilo que são as propostas apresentadas. Tem uma componente muito significativa, como todos bem sabemos assente em financiamentos comunitários, que nem sempre se conseguem fazer da forma que todos desejaríamos.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para referir que “aquilo que eu acabei de dizer foi que do orçamento de 38, só foi executado 18, é uma grande diferença; há aqui qualquer coisa que não bate certo; quanto aos números, podem lá meter 50, 60, o que quiserem, mas o que interessa a nós e à população é aquilo que realmente é executado, a bem deles.”-----

-----O senhor deputado **Christophe Coimbra** disse ainda “veremos efectivamente no momento da correcta prestação de contas, que é quando se deve analisar essa matéria.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 abstenções e 25 votos a favor, aprovar a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**QUINTO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das **normas regulamentadoras de execução orçamental para o ano de 2025 – Regulamento de Execução Orçamental.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, aprovar as normas regulamentadoras de execução orçamental para o ano de 2025 – Regulamento de Execução Orçamental, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXTO:** Apreciação e votação, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redação, conjugado com a alínea o) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da proposta do **Mapa de Pessoal para o ano de 2025.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, aprovar a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2025, nos termos do nº 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, na actual redação, conjugado com a alínea o) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SÉTIMO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) da proposta de **Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, aprovar a proposta de Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais, nos termos da alínea c), do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO:** Apreciação e votação, nos termos do artigo 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, na actual redação, da proposta de **Fixação da taxa de IRS para o ano de 2025**.-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/286/2024, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Presidente-----

-----Considerando o disposto no n.º1 do artigo 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação, os Municípios têm direito a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.-----

-----Esta participação depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deverá ser comunicada, por via eletrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro.-----

-----A lei n.º51/2018, de 16 de agosto veio alterar a disposição acerca da ausência desta comunicação.-----

-----Assim, na ausência de deliberação ou da comunicação referida anteriormente, o Município tem direito a uma participação de 5% no IRS. Caso a percentagem deliberada pelo Município seja inferior à taxa máxima (5%), o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta de IRS, a favor do sujeito passivo.-----

-----Para os rendimentos do ano de 2024, na Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2023, o Município deliberou abdicar dos 5% a que teria direito do produto da cobrança do IRS no concelho de Arganil.-----



Assembleia Municipal

-----Face ao exposto coloca-se à consideração superior a taxa a aplicar aos rendimentos de 2025.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/286/2024, aprovar a proposta de que o Município abdique dos 5% a que teria direito do produto da cobrança do IRS, no concelho, em 2025, nos termos do artigo 26º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da proposta de **Fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referente ao ano de 2024, a ser cobrado no ano de 2025.**-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/285/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e cuja cópia se anexa à acta.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/285/2024, aprovar a seguinte proposta:-----

---1 - Fixação da taxa a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 112º (prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI) em 0,3%, em 2024, a ser cobrada em 2025.--

---2 - De acordo com o artigo 112-A do Código do IMI, na sua actual redação, o seguinte:-----

-----a) redução de 30€ para famílias com um dependente a seu cargo.-----

-----b) redução de 70€ para famílias com dois dependentes a seu cargo.-----

-----c) redução de 140€ para famílias com três dependentes, ou mais, a seu cargo.---

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 169º da Lei nº 16/2022, de 16 de Agosto, na actual redação, da proposta de **Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2025.**-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/287/2024, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----



Assembleia Municipal

-----Exmo. Sr. Presidente,-----
-----Considerando que os direitos e os encargos relativos à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), em conformidade com alínea b) do nº 3 do artigo 169º da Lei nº 16/2022, de 16 de agosto, na sua atual redação.-----
-----Nos termos da mesma lei, a TMDP é determinada com base na aplicação de uma percentagem sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente Município.-----
-----Esse percentual é aprovado anualmente por cada Município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, não podendo ultrapassar 0,25% (nos termos do disposto na alínea b) do nº 3 do artigo 169º da Lei nº 16/2022, de 16 de agosto, na sua atual redação).-----
-----Ainda de acordo com o princípio da transferência tarifária, nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento.-----
-----Considerando que para o ano de 2024 foi deliberado na Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2023, fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%.-----
-----Deste modo, propõe-se a V. Ex^a. a submissão da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2025, à Assembleia Municipal em conformidade com o exposto.-----
-----À Consideração Superior-----
-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/287/2024, aprovar a proposta de manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2025 nos 0,25%, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 169º da Lei nº 16/2022, de 16 de Agosto, na actual redação.-----
-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO:** Apreciação e votação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da proposta de **Fixação da Taxa de Derrama para o ano económico de 2025.**-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF/288/2024, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----



Assembleia Municipal

-----Exmo. Sr. Presidente-----

-----Considerando o disposto no n.º1 do artigo 18º da lei nº73/2013, de 3 de setembro- Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua atual redação, os Municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

-----Para efeitos de aplicação do supra disposto, sempre que os sujeitos passivos tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais em mais de um município e matéria coletável superior a 50.000€ o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.-----

-----Entende-se por «massa salarial» o valor dos gastos relativos a despesas efetuadas com o pessoal e reconhecidos no exercício a título de remunerações, ordenados ou salários (n.º 14 do artigo 18º da lei nº73/2013).-----

-----O n.º 3 do artigo 18º da referida lei define que quando o volume de negócios de um sujeito passivo resulte em mais de 50% da exploração de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, podem os municípios interessados, mediante requerimento fundamentado, solicitar à AT a fixação da fórmula de repartição de derrama prevista nos n.os 7 e 9.-----

-----Assim, o nº 7 refere que a fórmula de repartição resulta de uma ponderação dos seguintes fatores:-----

---a. Massa salarial e prestações de serviços para a operação e manutenção das unidades afetas às atividades referidas no nº3 – 30%;-----

---b. Margem bruta correspondente de recursos naturais ou do tratamento de resíduos, nos termos da normalização contabilística – 70%.-----

-----Dispõe o n.º 9 que, a margem bruta a que se refere a alínea b) do nº7 é aferida nos seguintes termos:-----

---a. No caso das minas e outros recursos geológicos em função da área de instalação ou exploração correspondente à atribuída no contrato de concessão mineira ou à autorizada pela licença de exploração; e-----

---b. No caso dos centros electroprodutores hídricos, eólicos, térmicos e fotovoltaicos, a margem bruta é apurada na proporção de 50% em função da área de instalação ou exploração, de 25% em função da potência instalada e de 25% em função da eletricidade produzida.-----

-----Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se:-----

---a. «Municípios interessados», o município ou municípios em cujo território se verifique a exploração de recursos naturais ou o tratamento de resíduos e o município ou municípios a cuja circunscrição possa ser imputável, nos termos do n.º 2, qualquer parte do lucro tributável do sujeito passivo;-----



Assembleia Municipal

---b. «Exploração de recursos naturais ou tratamento de resíduos», qualquer atividade industrial ou produtiva, designadamente exploração de recursos geológicos, centros electroprodutores e exploração agroflorestal e de tratamento de resíduos;-----

---c. «Tratamento de resíduos», qualquer atividade de exploração e gestão de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento dos resultantes da recolha indiferenciada e seletiva.-----

-----Nos casos não abrangidos pelo n.º 2, considera-se que o rendimento é gerado no município em que se situa a sede ou a direção efetiva do sujeito passivo ou, tratando-se de sujeitos passivos não residentes, no município em que se situa o estabelecimento estável onde, nos termos do artigo 125º do código do IRC, esteja centralizada a contabilidade.-----

-----Os sujeitos passivos abrangidos pelo n.º 2 indicam na declaração periódica de rendimentos a massa salarial correspondente a cada município e efetuam o apuramento da derrama que seja devida.-----

-----A Assembleia Municipal pode sob proposta da Câmara Municipal, nos termos dos nºs 2 e 3 do artigo 16.º, deliberar a criação de isenção de isenções ou de taxas reduzidas de derrama.-----

-----As isenções ou taxas reduzidas de derrama atendem nos termos do regulamento previsto no nº 2 do artigo 16.º os seguintes critérios:-----

---a. Volume de negócios das empresas beneficiárias;-----

---b. Setor de atividade em que as empresas beneficiárias operam no Município;-----

---c. Criação de emprego no Município.-----

-----Até à aprovação do regulamento referido anteriormente, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€.-----

-----Mais se informa que a deliberação a que se refere o n.º 1 do artigo 18º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, deve ser comunicada por via eletrónica pela Câmara Municipal à AT até ao dia 31 de dezembro do respetivo período de tributação por parte dos serviços competentes do Estado.-----

-----Caso a comunicação seja remetida para além do prazo, a liquidação e cobrança de derrama são efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data. Após a comunicação a taxa de derrama a aplicar a determinado período de tributação, corresponde àquela que estiver em vigor a 31 de dezembro desse período de tributação e, no caso de cessação de atividade, em 31 de dezembro do período anterior ao da cessação.-----

-----Considerando que até ao presente ano não se tem aplicado qualquer taxa de derrama, coloca-se à consideração superior a taxa de derrama a aplicar em 2025.-----

-----À Consideração Superior-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/288/2024, aprovar a proposta de fixação da



Assembleia Municipal

Taxa de Derrama para 2025 em 0%, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta de **Emissão de Parecer sobre o Projecto de Lei nº 326/XVI/1ª “Elevação da Povoação de Pombeiro da Beira à Categoria de Vila”**, nos termos do nº 1 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Presente a Proposta I/DAGF/121/2024, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

Proposta

Emissão de parecer sobre o Projeto de Lei n.º 326/XVI/1.ª “Elevação da Povoação de Pombeiro da Beira à Categoria de Vila”

-----Considerando que:-----

- Na sessão ordinária realizada em 14/09/2024 e no uso da competência conferida pelo nº 3 do artigo 8º da Lei n.º 24/2024, de 20 de fevereiro, a Assembleia Municipal de Arganil, sob proposta da Câmara Municipal de 27/08/2024, deliberou submeter à Assembleia da República, órgão legislativo competente, a proposta de elevação da povoação de Pombeiro da Beira à categoria de Vila;-----
- Através do ofício com a referência S/2604/2024, de 18/09/2024, foi dado cumprimento à mencionada deliberação, tendo este sido acompanhado de certidões das deliberações dos órgãos deliberativo e executivo municipais;-----
- Por comunicações eletrónicas dirigidas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Arganil e ao signatário, datadas de 17/10/2024, foi dado conhecimento, pela Assembleia da República, que se encontrava em apreço, na Comissão de Poder Local e Coesão Territorial, o “Projeto de Lei n.º 326/XVI/1.ª - Elevação da Povoação de Pombeiro da Beira à Categoria de Vila”;-----
- Aquele órgão legislativo, nas mesmas comunicações, veio solicitar que seja promovida a emissão de pareceres escritos da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal acerca desta iniciativa,-----

-----Proponho que a Câmara Municipal:-----

- Emita parecer favorável acerca do “Projeto de Lei n.º 326/XVI/1.ª - Elevação da Povoação de Pombeiro da Beira à Categoria de Vila”;-----
- Delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal de Arganil a emissão de parecer favorável acerca do “Projeto de Lei n.º 326/XVI/1.ª - Elevação da Povoação de Pombeiro da Beira à Categoria de Vila”.-----

-----Paços do Município de Arganil,-----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Luis Paulo Costa-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “acho relevante fazer um apontamento de que foi o Vereador Paulo Teles Marques que, em reunião de câmara, destacou a importância de que estas duas povoações, Côja e Vila Cova de Alva, fossem também elevadas à categoria de Vila.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “parece-nos que, tendo sido uma proposta que partiu da aprovação da Câmara e que foi aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal, chega a ser ridículo, eventualmente caricato, que agora a Câmara, na sua última reunião, e hoje a Assembleia Municipal, sejam chamadas a emitir parecer sobre um assunto sobre o qual já tinham deliberado; isto é apenas uma demonstração boa daquilo que são os méritos da burocracia da administração pública portuguesa, que conseguem materializar-se em coisas tão ridículas e absurdas quanto esta. Ainda assim, nós chegámos inclusivamente a questionar os serviços da Assembleia da República se era mesmo assim, uma vez que a proposta tinha ido daqui e nos parecia que não fazia sentido, mas veio a confirmação que tinha que ser mesmo assim, portanto cumpra-se a vontade dos serviços da Assembleia da República.”-----

-----Quando apreciamos esta questão de Pombeiro da Beira o vereador Paulo Teles Marques na reunião de Câmara questionou acerca daquilo que para nós parecia uma evidência, um pressuposto, que eram as realidades de Côja e de Vila Cova de Alva; Côja, porque sempre assumimos designá-la como vila de Côja, até porque, tendo um brasão com coroa mural com 4 muretes isso do ponto de vista da heráldica significa que é uma vila e Vila Cova de Alva tem vila no nome e parecia-nos impensável que esse reconhecimento não existisse. A verdade é que foi feito depois esse aprofundamento, houve essa avaliação, e chegou-se à conclusão que nem Côja nem Vila Cova de Alva tinham o estatuto de vila e aquilo que estamos aqui a fazer é propor uma conformação daquilo que era provavelmente da maioria daqueles que aqui estão presentes, de que este reconhecimento já teria sido feito algures no passado; na realidade constatou-se que não e por isso é nossa proposta que este reconhecimento também seja atribuído a Côja e a Vila Cova de Alva.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, emitir Parecer Favorável sobre o Projecto de Lei nº 326/XVI/1ª “Elevação da Povoação de Pombeiro da Beira à Categoria de Vila”, nos termos do nº 1 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.”-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.”-----

-----**DÉCIMO TERCEIRO:** Apreciação e votação da proposta de **Elevação da Povoação de Côja à categoria de Vila**, nos termos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.”-----



Assembleia Municipal

-----Presente a Proposta I/DAGF/122/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, aprovar a proposta de Elevação da Povoação de Côja à categoria de Vila, nos termos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUARTO:** Apreciação e votação da proposta de **Elevação da Povoação de Vila Cova de Alva à categoria de Vila**, nos termos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Presente a Proposta I/DAGF/120/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 30 votos, aprovar a proposta de Elevação da Povoação de Vila Cova de Alva à categoria de Vila, nos termos do nº 3 do artigo 8º da Lei nº 24/2024, de 20 de Fevereiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Teve ainda a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “segundo esta boa tradição da burocracia portuguesa e particularmente da Assembleia da República, provavelmente na Assembleia Municipal de Fevereiro, serão chamados a emitir parecer sobre o assunto quer acabaram de deliberar.”-----

-----**DÉCIMO QUINTO:** Apreciação e votação da proposta do **Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Arganil** após consulta pública, nos termos da alínea h) do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias e do disposto no nº 2 do artigo 14º da Lei nº 98/2021, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Clima).-----

-----Presentes a informação técnica INF/DGU/844/2024, bem como a proposta do PMAC de Arganil, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “sobre o Plano Municipal de Ação Climática, é crucial reforçar que, mais do que um nome sonante, o que realmente importa é a sua execução com a máxima urgência. Todos sabemos que o tempo não está do nosso lado para enfrentar a crise climática.-----

-----Neste sentido, gostaria de questionar o Senhor Presidente: **quais são as medidas concretas que o Município vai implementar já nos primeiros meses de**



Assembleia Municipal

2025? O que precisamos de saber não são apenas intenções ou promessas, mas ações específicas e imediatas para dar resposta a esta emergência.-----

-----É impossível ignorar a grave lacuna existente no plano de mobilidade ciclável. Esta questão já foi apresentada inúmeras vezes nesta assembleia, mas até ao momento nada foi feito, nem há qualquer previsão concreta de intervenção.-----

-----É evidente que a criação de ciclovias não tem sido uma prioridade para este Município, tanto em projectos recentes quanto nos futuros. Um exemplo paradigmático é o caso da ciclovia Secarias - Maladão, cuja candidatura não foi aprovada e que, até agora, não teve qualquer seguimento. A ausência de iniciativas para retomar este e outros projectos reflecte uma preocupante falta de compromisso com a mobilidade sustentável.-----

-----Esta inação contraria os princípios e objectivos de qualquer plano climático que se pretenda sério e eficaz. A pergunta que deixo é: **até quando vamos continuar a negligenciar soluções sustentáveis e indispensáveis para a nossa comunidade?**-----

-----Deixo também o alerta para um problema grave que exige atenção imediata: a lixeira a céu aberto existente na Gândara. Apesar das denúncias e das fotografias enviadas por vários cidadãos, que documentam este atentado ambiental, nada foi feito até agora para resolver esta situação de forma definitiva.-----

-----Certamente o Município está ciente do que ali ocorre, e quero acreditar que a resolução deste problema deva ser uma prioridade. Se o objectivo é implementar este plano de forma séria e eficaz, podem começar por enfrentar este caso concreto, que compromete tanto o ambiente como a qualidade de vida da nossa comunidade.--

-----Gostaria de trazer novamente à discussão o plano municipal de ação climática e alertar para um problema grave que exige atenção imediata: a lixeira a céu aberto existente na Gândara. Apesar das denúncias e das fotografias enviadas por vários cidadãos, que documentam este atentado ambiental, nada foi feito até agora para resolver esta situação de forma definitiva.-----

-----Certamente o Município está ciente do que ali ocorre, e acredito que a resolução deste problema deve ser uma prioridade. Se o objectivo é implementar este plano de forma séria e eficaz, podem começar por enfrentar este caso concreto, que compromete tanto o ambiente como a qualidade de vida da nossa comunidade.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Helena Dias** para dizer “voltando um pouco atrás e não pretendendo aqui entrar em desgarradas com ninguém, registo o espírito irónico com que o Senhor Presidente se referiu à bancada do PS quando referiu que os camaradas deviam informar-se uns com os outros; devo dizer-lhe que esse tipo de comentário só nos eleva, ao contrário do que imagina, porque aproveito para lhe dizer que a propósito disto, comemoramos hoje o centenário daquele que foi um dos nossos principais camaradas e relativamente à ação de vida que permitiu se calhar que o senhor estivesse a desempenhar essas funções e todos nós estivéssemos aqui sentados, como dizia ontem o Presidente da Assembleia da República, e muito



Assembleia Municipal

bem, concordando, discordando. Acho que é esse o objectivo da Democracia e portanto há que elevar um pouco o discurso.-----

-----Posto isto, vamos avançar com o Plano de Ação Climática que, não obstante o atraso de quase um ano relativamente à data limite de Fevereiro de 23, prevista na Lei de Bases do Clima, para a sua implementação pelos municípios, saúda-se o município de Arganil pela sua elaboração. Verifica-se a nível nacional uma imensa irresponsabilidade nestas matérias por parte de muitos municípios que tardam na sua elaboração tratando-se como é sabido, a sua promoção e concretização, num factor crítico para o sucesso das autarquias em matéria de fixação de população qualificada em empresas, mas também a nível de financiamento de vária ordem. -----

-----Porém, à semelhança do que acontece com os demais planos municipais, todos eles definem, como sabemos, de uma maneira ou outra, consoante o objectivo específico de cada um, estratégias de actuação aos mais variados níveis traduzindo-se na prática em instrumentos de aplicação das políticas definidas à partida pelos respectivos executivos municipais. De onde se retira que, quando se estabelecem planos de ação a este nível de governação, existam ou estejam previstos modos de concretização, prazo de concretização e meios dos respectivos financiamentos.-----

-----Isso, senhor Presidente, não encontro em lado nenhum, por isso lhe pergunto quais são as medidas que este município pretende implementar no território de Arganil pra levar a cabo e a bom porto a concretização dos objectivos elencados no Plano Municipal de Ação Climática. Que estratégias se propõe abraçar para fazer face à redução e mitigação dos gases com efeito de estufa? Que estratégias são propostas para fazer face à necessária e urgente adaptação às alterações climáticas? Que compromissos com a neutralidade carbónica? Que ações estão previstas por este executivo na área da energia sustentável, dos transportes e do tratamento de resíduos?-----

-----Dou-lhe vários exemplos, alguns já foram aqui focados pelo Rodrigo por duas vezes. Este concelho tem um potencial único para explorar este tipo de corredores, não era preciso fazer muita coisa, bastava um bocadinho de criação, ciclovias urbanas no âmbito da mobilidade suave; promoção da diversidade de espécies no âmbito das florestas; apoios aos proprietários para que também eles sejam parte da solução, em matéria agrícola; acho que aqui também deverá ser feita alguma pedagogia em informação às populações. Depois, o apoio logístico dos serviços municipais do urbanismo às populações relativamente às mais recentes e inovadoras técnicas construtivas, de modo a colmatar o excesso de frio e de calor, tanto no Inverno como no Verão, e também nas áreas das energias renováveis, construções mais seguras e sustentáveis. Em matéria de restauração dos ecossistemas danificados pela ação humana, julgo eu que o executivo devia fazer fiscalização mais assídua e mais compaginável com a remoção das lixeiras, ferros velhos, que continuam a existir em zonas verdes e de leito de cheia com a complacência total deste executivo à espera que o desastre aconteça, com a conseqüente contaminação dos terrenos agrícolas, rios e ribeiros, etc., a monitorização da



Assembleia Municipal

qualidade da água, quer em fontes de nascente, falo do Rio Alva, no Sarzedo em matéria de infestantes da recolha de resíduos sólidos na floresta. A contaminação das valas de rega que se verificou em algumas aldeias pela falta de sistemas de saneamento ou deficiente construção dos mesmos e a falta da sua manutenção e bom funcionamento. Veja-se o que aconteceu no Verão passado, em várias praias fluviais que tiveram que ser encerradas em consequência do mau estado da água. Pergunto se a ETAR da Relvinha está preparada para o aparecimento de mais empresas no futuro. A implementação e diversificação de cultivos por uma melhor adaptação ao clima em constante mudança. O estudo e desenvolvimento de soluções inovadoras para a prevenção e gestão de catástrofes naturais nesta matéria a criação de melhores acessos na floresta para os carros de bombeiros e o necessário apoio para as respectivas corporações que tanta falta nos fazem na época dos incêndios em particular.-----

-----No fundo, quais são as ideias que este executivo tem para pôr em prática aquilo que é um plano que é bem vindo e que é absolutamente urgente em termos de futuro para a vida humana.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Mário Jorge Henriques** para dizer que “acompanhando as intervenções dos meus camaradas sobre o PMAC, queria fazer uma pequena reflexão e depois uma pergunta. Cada vez mais as questões relacionadas com a sustentabilidade estão a impactar de forma expressiva na vida das pessoas, a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões, sociais, económicas, e ambiental, deve ser o foco de todas as ações políticas, tanto a nível nacional como regional e local. Deve ser feito de forma persistente e constante em ações de mitigação do impacto das actividades humanas nos territórios, mas sem nunca pôr em causa a qualidade de vida das populações e a sustentabilidade das empresas e actividade económica. Para isso é necessário que todos os agentes económicos e outros envolventes tenham um papel activo neste processo fundamental para a sobrevivência da nossa civilização. Sendo assim, faço uma questão que tem a ver com a questão dos recursos hídricos e à sua gestão, pois como todos sabemos sem água não há vida e sem a monitorização e o seu controlo de qualidade e de quantidade para a população no território também se torna inviável um progresso sustentável. Também sabendo da existência de perda considerável de água na rede pública de abastecimento, que pode chegar até 30%, pergunto se existe alguma medida ou alguma ação pensada para mitigar esta situação?”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Nunes** para dizer que “no documento do Plano Municipal de Ação Climática, na introdução feita pelo senhor Presidente, quando se diz que as alterações climáticas não são um problema do futuro, passaram a ser um problema do presente, nós também o achamos, achamos até que deviam ter sido uma preocupação de um passado recente, mas a verdade é que à excepção de pequenas ações avulso, pouco se viu até aqui e a prova disso é que numa altura onde 40% das viaturas comercializadas são eléctricas ou híbridas,



Assembleia Municipal

Côja, uma das maiores freguesias do concelho, continua sem qualquer ponto de carregamento para estas viaturas, algo que, aliás, foi referenciado pela bancada do PS na primeira Assembleia do presente mandato.-----

-----Mas gostaríamos também de saber a posição do executivo sobre a possibilidade de proliferação de parques fotovoltaicos numa altura onde se fala da possibilidade de ocupação de vários hectares de zona florestal, com painéis fotovoltaicos, substituindo de forma massiva árvores por painéis, gostaríamos de saber qual o parecer do executivo sobre este ponto, tendo a noção da importância na aposta e no alargamento da produção de energia renovável, mas também conscientes do impacto que uma substituição massiva e desordenada da nossa flora, pode ter; aliás, a Associação Ambiental Zero já alertou que a proliferação desordenada destes parques acarreta impactos ambientais significativos, nomeadamente perda de biodiversidade, resultando numa artificialização da paisagem e na destruição de manchas florestais importantes para o sequestro do carbono. Já a Liga de Proteção da Natureza defende que este tipo de centrais deve ser localizada em média dimensão, perto de zonas densamente povoadas, que são também os grandes centros de consumo, evitando assim as perdas de transporte. Mas também utilizando infra-estruturas degradadas ou devolutas, minimizando assim o seu impacto ambiental. Penso estarmos todos de acordo que não é essa a realidade do nosso concelho, daí ser importante termos um parecer do executivo sobre este ponto.-----

-----Gostaria também, como a Helena já referiu, de saber quais são as medidas concretas tomadas pelo município no combate às espécies invasoras, sejam elas na nossa floresta, seja no Rio Alva e seus afluentes.-----

-----No Plano de Ação Climática, na parte das medidas de mitigação para o sector industrial gostaríamos de saber de que modo é que elas vão ser obrigatórias ou incentivadas a serem adoptadas no Parque Industrial da Relvinha, tendo em conta que é uma página em branco, sendo muito mais fácil cumprir cada um destes pressupostos, gostaríamos de saber de que modo estão a pensar incutir ou implementar este tipo de ações. Paralelamente e ainda referente à Zona Industrial da Relvinha, surpreende-nos que nada visível esteja a ser feito para mitigar as lacunas reveladas na ETAR; se esta ação já é crítica actualmente, com o parque industrial praticamente deserto, acho que não deveríamos esperar para que esse parque seja preenchido para conseguirmos debelar as debilidades demonstradas pela ETAR.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “começando pela intervenção do senhor deputado Rodrigo Oliveira, que voltou a manifestar aqui uma grande preocupação com as questões eleitorais, eleitoralistas, das promessas eleitorais, nota-se que está verdadeiramente imbuído, não do espírito natalício, mas do espírito eleitoralista; registar com muito interesse essa circunstância que estamos hoje a verificar nesta Assembleia.-----

-----Sobre os compromissos que estão considerados neste Plano, trata-se de um documento que foi elaborado em alinhamento com todos os municípios da região de Coimbra, com excepção do município de Coimbra, que tinha avançado previamente



Assembleia Municipal

neste processo; trata-se de um documento de compromisso, se ele merece tanta censura aqui em Arganil, admito que os senhores deputados o censurem da mesma forma em Oliveira do Hospital e em Tábua porque o alinhamento nesses concelhos é exactamente similar ao alinhamento que está neste documento que trazemos aqui hoje à apreciação da Assembleia Municipal. Se efectivamente há aqui alguma lacuna ela será extensível a todos os demais municípios.-----

-----Falando em concreto de um aspecto em particular, que me parece merecer alguns comentários, naquilo que tem a ver com os atentados ambientais a que o senhor deputado se refere no espaço da antiga lixeira da Gândara, quero recordar porque às vezes isso pode não ser perceptível para toda a gente, mas boa parte dos presentes haverão de saber que essas deposições que lá acontecem são ilegais, a generalidade dos presentes haverá de reconhecer e de saber que todos os anos o município gasta dezenas de milhares de euros de dinheiros públicos para retirar aquilo que, de forma selvagem e com falta de civismo, é depositado naquele espaço e é sempre muito difícil termos aqui um equilíbrio entre solicitar à GNR e ao CEPNA que estejam lá em permanência e a ocorrência destas situações. Aquilo que acontece não devia acontecer e não aconteceria se houvesse um comportamento cívico por parte de todos os cidadãos, efectivamente há dois ou três ou meia dúzia que continuam a achar que podem fazer aquilo que muito bem entendem e é o que depois se materializa naquele espaço, que volto a dizer todos os anos e em mais do que uma circunstância, é objecto de limpeza, de retirada, gastando-se com isso muito dinheiro público para concretizar essas intervenções.-----

-----Sobre a intervenção da senhora deputada Helena, confesso que fiquei um bocado baralhado porque eu fiz uma referência depois de ter sido feito aqui quase que uma acusação a dizer que haveria um projecto desconhecido, quase que secreto, eu limitei-me a dizer que era público, pois foi um assunto apreciado em reunião de Câmara, portanto não estou a ver qual poderá ser a sua pretensão; depois de invocar Mário Soares e aquilo que foi o contributo dele para a Democracia, era o que mais faltava que depois me quisesse impor uma espécie de censura relativamente à minha resposta; não o poderia fazer de outra forma. Volto a repetir que o projecto, quer o direito de superfície, relativo ao Teatro, quer o projecto de execução para o Teatro Alves Coelho, foi aprovado na reunião de Câmara de 7 de Abril de 2021, portanto limitei-me a dizer que não era um assunto secreto, antes pelo contrário, foi um assunto público.-----

-----Há aqui um aspecto que gostaria de comentar sobre a sua questão das estratégias e compromissos para a neutralidade carbónica; isto é uma das circunstâncias de municípios e de concelhos como Arganil, podemos ter dificuldade em algumas áreas, esta é aquela em que claramente temos requisitos ou temos créditos a apresentar, porque o concelho, no que tem a ver com a questão carbónica, nós não precisamos de fazer nada para atingir a neutralidade carbónica, nós somos excedentários no que tem a ver com a questão do balanço relacionado com o carbono; naturalmente que continuaremos a dar os contributos que são



Assembleia Municipal

necessários para melhorar ainda este desempenho, mas sobre essa matéria, concelhos como o de Arganil, até pelas suas circunstâncias, têm todos os argumentos para apresentar.-----

-----Fiquei também muito baralhado com a intervenção que fez sobre as florestas, porque é uma das áreas em que temos apostado de uma forma significativa, com projectos emblemáticos que são diferenciadores a nível nacional, temos feito muita comunicação sobre este projecto, ou sobre os projectos na área da floresta, sobre aquilo que estamos a fazer nas áreas integradas de gestão da paisagem, portanto lamento que não esteja por dentro destes processos mas também honestamente não sei o que mais poderemos fazer para que isto seja disseminado, pois com grande regularidade, inclusivamente nas prestações mensais que fazemos, este assunto é objecto de comunicação; sobre a questão das florestas estamos muito tranquilos e muito seguros do trabalho que temos vindo a fazer nesta matéria.-----

-----Falou de construções mais seguras e mais sustentáveis, todos nós, do ponto de vista conceptual, reconhecemos isso, mas também sabemos qual é o papel das autarquias nessa matéria, que não é substituir nem arquitectos nem engenheiros naquilo que são as suas opções de construção, mas essa é uma discussão de cidadão, não tem a ver sequer com as competências dos municípios; se me perguntar se são opções racionais ou se são opções inteligentes aquilo que tem sido o preterir de técnicas ancestrais, nomeadamente naquilo que tinha a ver com a orientação do edificado, naquilo que tinha a ver com as fachadas envidraçadas ou não, se me perguntar a mim enquanto cidadão, se abandonar isso é positivo, se calhar não é; se o município pode fazer alguma coisa quanto a essas opções de arquitectura? Não, não pode. A responsabilidade do município é fazer a avaliação do cumprimento ou do incumprimento das regras urbanísticas particularmente aquelas que são determinadas pelo PDM. Sobre as opções de arquitectura e de engenharia, os técnicos têm responsabilidades na matéria e todos nós haveremos de reconhecer opções que o tempo demonstra que não são as mais inteligentes, mas são aquelas que os técnicos, com toda a legitimidade que têm, propõem e contribuem para ser desenvolvidas.-----

-----Refere aí um caso que para nós também é muito caro, que é muito idêntico àquilo que tem a ver com o que acontece no caso da antiga lixeira e da posição selvática de resíduos, e é um pedido que faço a cada um de vós, se efectivamente têm conhecimento de situações anómalas, que as façam chegar ao município e o município solicitará a intervenção das entidades que têm competência nesta matéria que na matéria do ambiente é a equipa do CEPMA, uma equipa específica para as infracções ambientais e não deixaremos de lhes fazer chegar essas sinalizações que sejam suscitadas.-----

-----Sobre a questão da Relvinha e da ETAR estar dimensionada, sim, está dimensionada para acomodar o dobro do volume do efluente que lá chega; questão diferente é se está ou não a funcionar nas devidas condições; actualmente, e rebatendo aquilo que foi dito pelo deputado José Miguel, já houve um conjunto de



Assembleia Municipal

intervenções, já houve uma alteração significativa de metodologia de intervenção, que permitiu inclusivamente análises com o cumprimento de parâmetros, nalgumas situações. Dizer que nada foi feito, não é objectivo e não cabe sequer neste âmbito.--
-----Sobre a intervenção do senhor deputado Mário Jorge naquilo que posso dizer e sobre aquilo que são as estratégias de mitigação daquilo que se antecipa em relação à questão hídrica, efectivamente toda a gente que não ande distraída sabe que países ou territórios com a localização do nosso país vão ter o impacto da escassez de água, para combater estes fenómenos naturalmente que as medidas de preservação, quer dos recursos hídricos quer da reservação da biodiversidade, são essenciais, algumas delas estão incluídas naquilo que temos vindo a fazer, quer na área da floresta quer nos projectos que temos das operações integradas de gestão da paisagem; sabemos bem que é um assunto crítico para o nosso concelho e para o nosso país.-----

-----Sobre a intervenção do deputado José Miguel e sobre a questão dos postos de carregamento eléctrico, foi esta semana e está acessível no Portal Municipal lançado ao mercado um concurso público para a instalação de 12 postos de carregamento no concelho. Sobre aquilo que questiona, naquilo que tem a ver com os parques fotovoltaicos, nós caímos aqui num exercício de equilíbrio; pessoalmente, não defendo qualquer solução, qualquer instalação, que possa ter impacto visual à distância. Sabemos que se queremos ter electricidade num posto de carregamento eléctrico ela tem que ser produzida nalgum sítio, sabemos que para estarem aqui estas lâmpadas acesas e para termos a máquina a funcionar, é preciso electricidade, efectivamente há um estudo que ainda esta semana foi tornado público, que dá nota daquilo que vai acontecer ao nível da transição energética e daquilo que serão as necessidades acrescidas de electricidade para o nosso país. Ao mesmo tempo que estamos a fazer essa transição desde logo dos combustíveis fósseis para o eléctrico, temos que perceber que quando deixamos de ter mobilidade com um fóssil e passamos a ter mobilidade com um eléctrico, precisamos de ter mais electricidade, pois ela ainda não vem em pacotinhos, é necessário existirem soluções para produção de electricidade. No caso em concreto dos fotovoltaicos, nós temos esta abordagem muito crítica, sabemos que em algumas situações o fotovoltaico é necessário, é recomendável, do ponto de vista político e era algo que vinha de uma forma quase de resumir os municípios ao papel de espectadores e dizer-lhes que estava fixada uma regra que determinava que se os municípios não estivessem já impactados em mais de 2% do território por equipamentos de produção de energia renovável, os municípios nem sequer tinham direito a pronunciar-se. Isto colocou aqui uma grande fragilidade no que tem a ver com os argumentos por parte dos municípios, mas ainda assim não deixaremos mesmo que isso por alguma razão venha a acontecer de uma forma de que discordemos, não deixaremos de desencadear os parcos mecanismos que estão à nossa disposição. Se me perguntar em termos de opinião, a minha opinião é muito clara, se tem impacto à distância, eu sou desfavorável. Reconheço que há situações que podem ter algum equilíbrio;



Assembleia Municipal

sabemos que são necessárias áreas muito grandes para ter parques fotovoltaicos, regra geral um hectare para um megawatt, sendo que não há empreendimentos que tenham escala com menos de 50 megawatts e, portanto, isso atira para áreas brutais de 50 hectares, mas tem que haver critérios na opção em relação a estes locais, quer de impacto paisagístico quer também no impacto que poderão ter ao nível dos recursos que temos ao nível do solo. Seria uma palermice para não dizer que seria uma grande irresponsabilidade que um parque fotovoltaico num concelho como o nosso em que as áreas agrícolas até são claramente escassas, não é propriamente a aptidão do concelho, mas que as poucas áreas com características para a agricultura pudessem ser impactadas por painéis solares; seria algo que não mereceria a nossa simpatia.-----

-----Se não fui claro relativamente àquilo que é a nossa percepção, estarei disponível para complementar. Quero ainda dizer que, do ponto de vista do impacto, continuamos a entender que o impacto que resulta de uma torre eólica é mais reduzida do que o impacto que resulta de um parque fotovoltaico. Se fizermos o exercício que para o equivalente a uma torre eólica destas de última geração, precisamos de um parque com 5 hectares, e se conseguirmos imaginar que são cinco campos de futebol cobertos de vidro, acho que isso pode dar um entendimento relativamente a este processo. Sobre as medidas de combate às invasoras, isto tem várias nuances e várias responsabilidades; no caso dos rios e particularmente do Rio Alva, estamos a falar de competências que do ponto de vista legal estão na esfera do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, pois é essa a entidade responsável; foi possível no caso do Alva e relativamente à prevalência de uma invasora na zona de Côja, foi possível articular entre a Comunidade Intermunicipal, o município e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, foi possível consensualizar uma candidatura para intervenções no Alva e no Mondego em situações que acontecem em Montemor e em Coimbra. Aquilo que temos avogado junto do ICNF é que faz sentido que estas intervenções sejam de continuidade porque aquilo que a Academia demonstra é que uma intervenção isolada como foi feita no Verão em Côja não é suficiente para resolver o assunto definitivamente. Em relação à floresta estamos a falar essencialmente de propriedade privada, sabemos que estamos confrontados com um problema crítico, nomeadamente no que tem a ver com as acácias, que tem um fórum já de alguma preocupação e o entendimento dos técnicos é reconhecer que boa parte das zonas que foram tomadas por acácia, são ainda passíveis de contenção no polígono que ocupam, mas será já praticamente impossível debelar essa situação em definitivo, desde logo porque o exercício das soluções que estão disponíveis que não existem outras com resultados práticos que não sejam os fitofármacos e desde logo aqueles que têm glifosato e esses têm um impacto muito significativo do ponto de vista ambiental. É necessário balancear um aspecto negativo ou outro aspecto negativo.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “queria agradecer à deputada Helena o facto de ter considerado as minhas palavras pela



Assembleia Municipal

positiva porque disse que elas elevavam e não diminuíam; e foi isso que eu pretendi, que houvesse uma discussão entre todos para encontrar as melhores soluções; portanto, muito obrigado pelas palavras.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 28 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DGU/844/2023, aprovar a proposta do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Arganil após consulta pública, nos termos da alínea h) do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias e do disposto no nº 2 do artigo 14º da Lei nº 98/2021, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Clima).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEXTO: Terceira Alteração ao PDM de ARGANIL – alteração simplificada ao abrigo do RJIGT – Apreciação do Relatório da consulta pública e da versão final da proposta de alteração**, nos termos do nº 1 do artigo 90º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo DL nº 80/2015, de 14 de Maio, na actual redação.-----

-----Presentes a informação técnica INF/DGU/880/2024, bem como a proposta da Terceira Alteração ao PDM de ARGANIL – alteração simplificada ao abrigo do RJIGT – Apreciação do Relatório da consulta pública e da versão final da proposta de alteração, que se dão por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Helena Dias** para dizer “Senhor Presidente da Assembleia, acho que não percebi a minha intervenção, pois eu referi-me ao Senhor Presidente da Câmara, mas tudo bem, aceito.-----

-----Quereria fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara, relativamente ao projecto do novo Centro de Saúde de Arganil, que também saúdo; porquê a classificação da mudança do uso em espaços de uso habitacional e não em espaços de uso especial de equipamentos categoria prevista no PDM em vigor e sugerido pela própria CCDRC? Ou seja, relativamente aos terrenos onde vão edificar o Centro de Saúde há uma mudança de uso, que passa a ser classificado como espaço de uso habitacional e não espaço de uso especial de equipamentos como prevê o PDM e a CCDRC sugeriu; há alguma razão para isto? Pretendem edificar outro tipo de construção?”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “quando começámos a tratar do processo para a construção do novo SUB e Centro de Saúde lançámos um procedimento público para aquisição de um terreno com características de terreno urbano e aquilo que requeríamos como mínimo era que tivesse uma área tipificada como urbano, pelo menos de 5 mil metros quadrados; também como é público, houve uma proposta em que a zona urbana se a memória não me falha era



Assembleia Municipal

de 6 mil metros quadrados, uma dimensão superior àquilo que entendíamos como mínimo necessário e aquilo que percebemos depois, quando o projectista definiu a primeira proposta de implantação, foi que essa solução implicava, até porque essa zona urbana estava contígua à EN 342-4, em direção ao Sarzedo, implicava que a construção ficasse muito próxima da estrada. Como a faixa de terreno era paralela à estrada, para ser ali, tinha que se fazer a construção muito junto da estrada. Entendemos que do ponto de vista da implantação e do ponto de vista da solução arquitectónica, fazia sentido desviar do eixo da via tanto quanto possível esta nova edificação; percebemos que tínhamos ali uma parcela de terreno que não estava como urbana, mas também não estava em nenhuma Reserva, de cerca de 1500 metros quadrados, que estavam ali numa bolsa de transição e que com o instrumento legal que já foi aprovado este ano, permitia que em zonas contíguas, com a finalidade destes equipamentos públicos, haveria um procedimento simplificado para conseguir a alteração da tipologia do solo. Em termos práticos é disso que estamos a falar. A ideia que tenho é que na primeira abordagem que foi feita tínhamos os tais 6 mil metros quadrados como terreno para construção e o técnico que esteve a trabalhar neste processo, que tem conhecimento na área, desde logo porque foi ele que colaborou connosco na anterior Revisão do PDM, teve o entendimento de que se tínhamos espaço tipificado como urbano, que admite todo o tipo de usos, quer seja de habitação, quer seja de equipamentos, mas se tem esta tipificação, se estamos a ampliar a área deste terreno que já está definido com esta tipificação, faz sentido mantê-la, sendo que isso é absolutamente compatível com o uso que é pretendido. Depois gerou-se aqui esse diferendo de opiniões técnicas entre o técnico que está a trabalhar connosco e o técnico da CCDRC que honestamente não me sinto com competência técnica para apreciar, mas em termos práticos a pretensão é esta. Para que não fiquem quaisquer dúvidas, este ganho de terreno urbano é benefício do município; o preço de aquisição daquele terreno foram 480 mil euros, aquela parcela de terreno foi avaliada como agrícola, com um valor muito baixo, mas esta alteração de uso beneficia exclusivamente o município; portanto está adquirido pelo valor que foi escriturado e é assim que as coisas ficarão resolvidas.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DGU/880/2024, aprovar a Terceira Alteração ao PDM de ARGANIL – alteração simplificada ao abrigo do RJIGT – Apreciação do Relatório da consulta pública e da versão final da proposta de alteração, nos termos do nº 1 do artigo 90º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo DL nº 80/2015, de 14 de Maio, na actual redacção.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**DÉCIMO SÉTIMO:** Apreciação e votação da proposta da **Terceira Revisão Orçamental de 2024**, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Presente a informação técnica INF/DAGF SF/124/2024, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e cuja cópia se anexa à acta.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 27 votos, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF SF/124/2024, aprovar a proposta da Terceira Revisão Orçamental de 2024, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO OITAVO: Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Setembro de 2024 e 30 de Novembro de 2024, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Setembro e 30 de Novembro de 2024, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redacção - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/DAGF/326/2024).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO NONO: Para conhecimento** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2024 a 30/11/2024 e do Relatório de Actividades, correspondente ao período de 01/09/2024 a 15/11/2024.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

ENCERRAMENTO



Assembleia Municipal

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram treze horas e trinta minutos e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----
